

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS EM SNC-AP

ANO DE 2023

RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS CONSOLIDADO

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Índice

1	Relatório de Gestão das Contas Consolidadas	3
	Introdução.....	3
	Perímetro de Consolidação do Grupo Municipal	4
	Método da Consolidação.....	10
	Análise Patrimonial	11
	Análise Orçamental	19
2	Demonstrações Orçamentais Consolidadas	22
	2.1 Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	22
	2.2 Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	23
3	Demonstrações Financeiras	24
	3.1 Balanço Consolidado	24
	3.2 Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada	25
	3.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	26
	3.4 Demonstração das Alterações do Património Líquido	27
	3.5 Contabilidade de Gestão.....	28
	3.6 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	32
ANEXOS:		80

1 RELATÓRIO DE GESTÃO

DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

A consolidação de contas nas autarquias locais, encontra-se prevista no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. Determina no n.º 1 do seu artigo 75º a apresentação, pelos municípios, de contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas de forma direta ou indireta.

A consolidação de contas permite conseguir informação agregada das várias entidades controladas pela Câmara Municipal de Almada e que consiste em elaborar a nível de grupo (entidades juridicamente autónomas, dependentes de um centro de decisão, entidade-mãe), demonstrações financeiras idênticas às elaboradas pela entidade-mãe ou entidade consolidante.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira da situação financeira, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito dos resultados do grupo municipal, possibilitando uma melhor análise e avaliação das políticas públicas locais.

O grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, considerando o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), como perímetro de consolidação, o conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela

autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Almada é efetuada ao abrigo das Normas de Contabilidade Pública (NCP) NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro,

Os documentos encontram-se elaborados nos termos da Instrução n.º 1/2019, do Plenário Geral do Tribunal de Contas, referente a prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC), publicada em Diário da República n.º 46/2019, Série II de 2019-03-06 e da Resolução n.º 3/2023 da 2ª secção do Tribunal de Contas, referente a prestação de contas relativas ao ano de 2023 e gerências partidas de 2024, publicada em Diário da República n.º 9/2024, Série II de 2024-01-12.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, pela Câmara Municipal, em conformidade com o preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, e, de acordo com o estabelecido n.º 2 do artigo 76.º da mesma lei, submetidas à apreciação do órgão deliberativo durante a sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

Período de relato: 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL

A NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental determina a apresentação e a divulgação das demonstrações orçamentais consolidadas, a NCP 1 - Estrutura e Conteúdos das demonstrações financeiras determina a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, sendo que a sua preparação e elaboração é feita nos termos da NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, para as entidades abrangidas pelo SNC-AP.

Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), existem dois níveis diferentes de preparação da prestação de contas, nomeadamente o orçamental e o financeiro, dado que as duas normas têm conceitos de perímetro de consolidação diferentes.

Resumidamente, temos que para efeitos de demonstrações orçamentais, apenas relevam para o perímetro as entidades controladas e que simultaneamente tenham sido reclassificadas para efeitos de contas nacionais. Já o perímetro para as demonstrações financeiras inclui todas as entidades controladas, independentemente da sua reclassificação para efeitos de contas nacionais.

Assim, para efeitos de perímetro orçamental temos a seguinte estrutura de grupo municipal:



Relativamente à estrutura de grupo municipal para efeitos de perímetro financeiro, temos o seguinte:



Nota:

A tracejado encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP)

A identificação das entidades e o sumário da respetiva atividade é a seguinte:

MUNICÍPIO DE ALMADA - NIPC 500051054 - entidade consolidante

É uma autarquia local com atividades que visam a prossecução de interesses próprios da população residente, com atribuições legalmente definidas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ALMADA - NIPC 680017763

Captação e abastecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais domésticas e industriais no concelho de Almada.

WEMOB - E.M., S.A. - NIPC 507001206 (não consolida nas demonstrações orçamentais)

Tem como objeto social a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade pedonal, produção e distribuição de energia elétrica e sistemas de apoio à mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade e transporte público urbano de passageiros.

Tem também como objeto social a prestação de serviços de interesse geral de gestão e fiscalização de resíduos, higiene, imagem e limpeza urbana.

Foram delegadas à WEMOB as competências da Câmara Municipal, correspondentes, adequadas e necessárias ao exercício do previsto nos termos da alínea a) do n.º 3, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro, no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres, nos limites das atribuições estatutárias da empresa municipal.

NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local - NIPC 504974688

Associação de direito privado, sem fins lucrativos. Tem por objeto potenciar o desenvolvimento integrado da cidade de Almada, enquanto centralidade metropolitana de primeira importância, contribuindo para consolidar a realidade da grande cidade das duas margens, para revitalizar o relacionamento urbano com o Estuário do Tejo e para o estabelecimento de complementaridades funcionais no contexto de uma Área Metropolitana multipolar, através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo, da animação urbana, da formação profissional e do emprego, da divulgação e do marketing.

Agência Municipal de Energia de Almada - AGENEAL - NIPC 504329073

A AGENEAL é uma agência de energia de âmbito local. É uma associação de direito privado sem fins lucrativos. O objeto da AGENEAL é o de contribuir para aumentar a eficiência energética através da utilização racional e da conservação de energia, para melhorar o aproveitamento de recursos energéticos endógenos.

ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local - NIPC 504974696.

E uma associação sem fins lucrativos que permite associar diversos agentes, entidades públicas e privadas, empresariais de carácter social que, em conjunto com a Câmara Municipal, se organizem e contribuam com a sua especificidade e o seu empenhamento na mobilização de meios para prossecução de objetivos comuns: potenciar o desenvolvimento integrado da Costa de Caparica através de ações e projetos que envolva, os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo.

As entidades participadas pelo grupo municipal e a sua forma de contabilização demonstram-se no seguinte quadro:

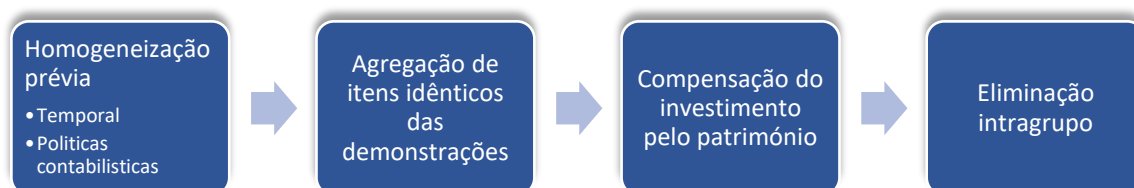
Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	custo
Empresa municipal	WEMOB - E.M. S.A	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	43,90%	65,53%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almasciencie	16,67%	16,67	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo
Serviços onde o grupo tem o controlo	SMAS- Serviços Municipalizados de água e Saneamento de Almada	100,00%	100,00%	Consolidação

MÉTODO DA CONSOLIDAÇÃO

O método utilizado é o da consolidação integral, tanto ao nível da consolidação financeira como por analogia também com a consolidação orçamental, que consiste na integração no Balanço e Demonstração dos Resultados e outras peças financeiras e orçamentais da entidade consolidante, dos elementos respetivos dessas demonstrações das entidades consolidadas.

As rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados e de outras demonstrações são agregadas por soma das contas individuais e corrigidas pela supressão dos saldos pendentes e das transações ocorridas no exercício entre as entidades alvo de consolidação.

No esquema seguinte, temos os passos executados no âmbito da consolidação de contas.



Tendo em conta a reduzida relevância em termos de impacto da integração das contas das entidades participadas nas contas consolidadas do grupo municipal, este documento, deverá ser complementado com a leitura do relatório das contas individuais do Município de 2023.

Em anexo ao presente documento é apresentado, por entidade, um resumo dos seus dados, tomando como base a prestação de contas para o Tribunal de Contas.

ANÁLISE PATRIMONIAL

Análise ao Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal, sobre os quais incidirá a respetiva análise. Relata a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do grupo municipal à data de encerramento do exercício de 2023, dando a conhecer a estrutura:

- *económica*: Ativo do grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a *aplicação de fundos*;
- *financeira*: Capital Próprio e Passivo do grupo sendo estes a *origem de fundos*.

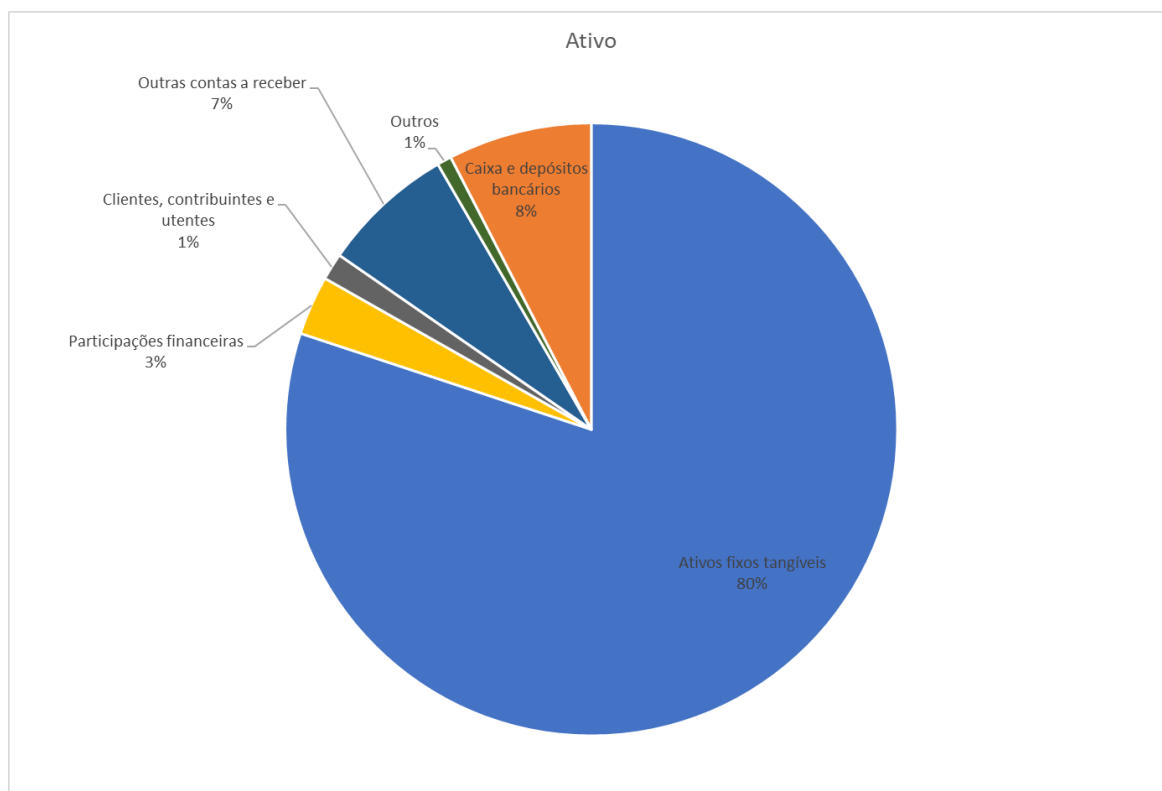
A consolidação de contas incidiu sobre a prestação de contas de 2023, com expressão nos balanços individuais seguintes:

- Município de Almada: 636.971.520,11€;
- Serviços Municipalizados: 56.177.481,05€;
- WEMOB: 1.969.704,18€;
- Ageneal: 82.249,33€;
- Arribatejo: 611.430,83€;
- Novalmadavelha: 328.650,05€.

O Balanço Consolidado, quando confrontado com o Balanço Individual do Município, permite apurar o forte peso da entidade consolidante, que exhibe aproximadamente 100% do total apurado para o grupo autárquico, sendo importante também mencionar que o facto da autarquia contabilizar nas suas contas individuais as entidades do grupo pelo Método da Equivalência Proporcional, seria esse o efeito esperado, dado que parte substancial do património das entidades sujeitas a consolidação já está integrada na rubrica de participações financeiras.

Observando a estrutura do **Ativo**, verifica-se que o Ativo não Corrente tem um peso de 83% e o Ativo Corrente apenas 17%, ambos face ao total do Ativo.

Ativo	2023	2022	Peso
Ativos não corrente	538 240 361,63	532 288 493,47	83,38%
Ativos fixos tangíveis	516 386 019,79	510 432 643,84	79,99%
Propriedades de Investimento	987 051,24	1 003 512,66	0,15%
Ativos intangíveis	671 378,44	658 146,76	0,10%
Participações financeiras	20 171 290,58	20 171 290,58	3,12%
Outros Ativos financeiros	24 621,58	22 899,63	0,00%
Ativo corrente	107 304 099,61	119 260 853,20	16,62%
Inventários	1 543 294,30	1 777 289,65	0,24%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	61 032,11	500 000,00	0,01%
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	18 926,36	2 150,80	0,00%
Devedores por empréstimos bonificados			0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	9 163 183,57	7 336 352,94	1,42%
Estado e outros entes públicos	1 003 704,17	883 846,11	0,16%
Outras contas a receber	45 960 963,18	41 655 407,34	7,12%
Diferimentos	590 540,31	661 614,36	0,09%
Caixa e depósitos bancários	48 962 455,61	66 444 192,00	7,58%
Total do Ativo	645 544 461,24	651 549 346,67	100,00%



Os ativos fixos tangíveis da autarquia representam 80% do total do ativo, sendo que conforme já mencionado na apresentação da consolidação de contas do ano transato, existiu em 2020 uma avaliação e regularização das infraestruturas viárias e uma

regularização com registo ao Valor Patrimonial Tributável de todos os bens de domínio privado que tivessem essa valorização e fossem adquiridos previamente a 2020.

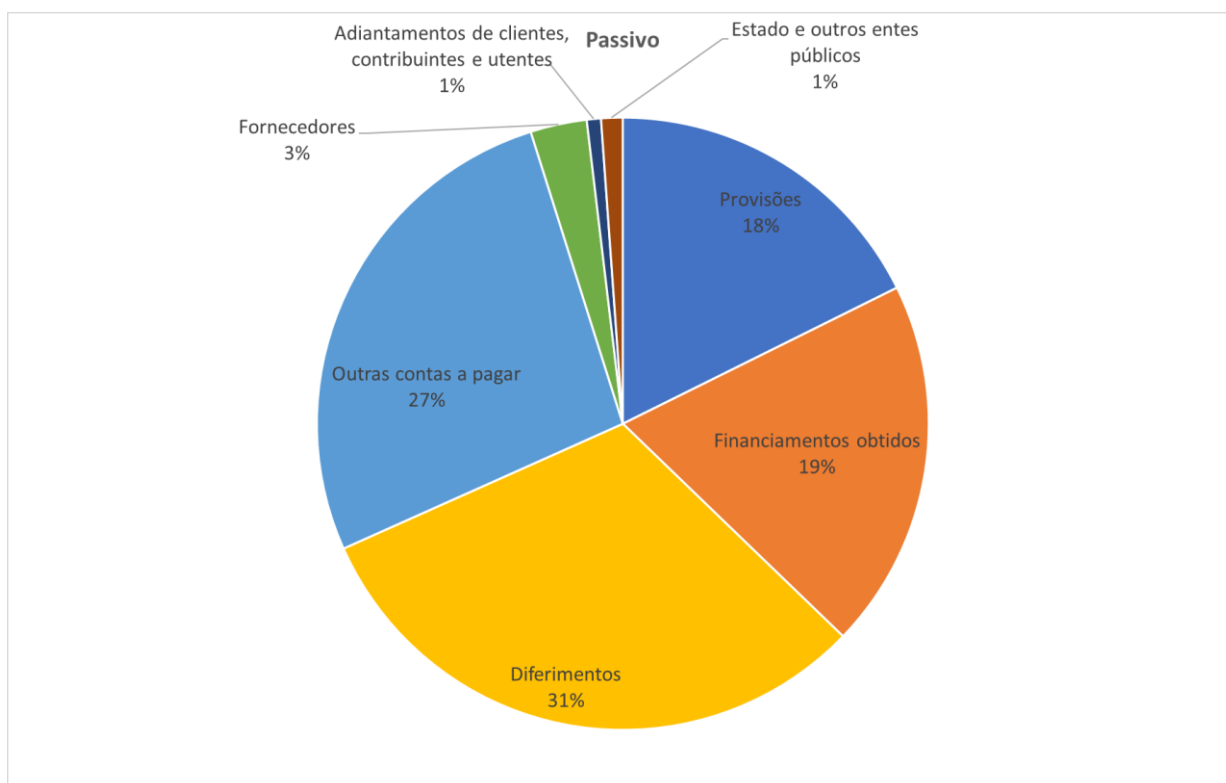
Em outras contas a receber, também se inclui a periodização económica dos impostos municipais, tendo especial relevo o Imposto Municipal sobre Imóveis, a liquidar apenas em 2024, mas referente a 2023.

A rubrica de caixa e depósitos bancários ascende a 49 milhões de euros e representa 7,58% do ativo total.

O valor de 9,2 milhões de euros registado na rubrica de clientes, já se encontra deduzido das imparidades acumuladas, representando efetivamente o montante expectável da recuperação dos saldos a receber.

Relativamente ao Passivo verifica-se que o mesmo, considerando até as provisões que não correspondem a obrigações orçamentais presentes, consegue ser totalmente coberto pela disponibilidade financeira da autarquia.

Passivo	2023	2022	Peso
Passivo não corrente	30 519 799,00	33 280 396,21	49,01%
Provisões	10 889 625,71	10 486 292,04	17,49%
Financiamentos obtidos	9 625 316,88	11 889 866,36	15,46%
Fornecedores de investimentos	64 400,00	69 200,00	0,10%
Diferimentos	7 737 908,91	9 072 659,10	12,43%
Outras contas a pagar	2 202 547,50	1 762 378,71	3,54%
Passivo corrente	31 748 767,47	36 519 126,52	50,99%
Credores por transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00	0,00%
Fornecedores	1 837 653,51	1 742 256,53	2,95%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	460 826,49	460 826,49	0,74%
Estado e outros entes públicos	702 541,49	664 696,82	1,13%
Financiamentos obtidos	2 414 639,85	2 781 394,69	3,88%
Fornecedores de investimentos	587 216,17	77 049,58	0,94%
Outras contas a pagar	14 318 578,53	14 679 530,82	22,99%
Diferimentos	11 427 311,43	16 113 371,59	18,35%
Total do Passivo	62 268 566,47	69 799 522,73	100,00%
Total do Património Líquido e Passivo	645 544 461,24	651 549 346,67	100,00%



Em outras contas a pagar, encontra-se também refletida a periodização económica dos gastos, como por exemplo o subsídio de férias e encargos sociais dessas remunerações a pagar aos trabalhadores em 2024, mas relativos a direitos obtidos em 2023.

Os financiamentos obtidos compreendem a parte essencial do passivo não corrente e correspondem essencialmente a empréstimos de longo prazo e residualmente a locações financeiras.

O património líquido aumentou em 1,5M€, face ao ano anterior, principalmente por via de *resultados transitados* (+5,6M€) e *outras variações* (+4,9M€). O Resultado Líquido do Grupo consolidado, em 2023, é negativo (-3,6M€), por impacto da prestação de contas individuais do Município.

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das várias componentes do balanço de 2023 face a 2022.

RUBRICAS	31/12/2023	Peso no total do balanço	31/12/2022	Peso no total do balanço	Variação 2023 - 2022	
					Valor	%
Ativo						
Ativos não corrente	538 240 361,63	83,38%	532 288 493,47	81,70%	5 951 868,16	1,12%
Ativos fixos tangíveis	516 386 019,79	79,99%	510 432 643,84	78,34%	5 953 375,95	1,17%
Propriedades de Investimento	987 051,24	0,15%	1 003 512,66	0,15%	-16 461,42	-1,64%
Ativos intangíveis	671 378,44	0,10%	658 146,76	0,10%	13 231,68	2,01%
Participações financeiras	20 171 290,58	3,12%	20 171 290,58	3,10%	0,00	0,00%
Outros Ativos financeiros	24 621,58	0,00%	22 899,63	0,00%	1 721,95	7,52%
Ativo corrente	107 304 099,61	16,62%	119 260 853,20	18,30%	-11 956 753,59	-10,03%
Inventários	1 543 294,30	0,24%	1 777 289,65	0,27%	-233 995,35	-13,17%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	61 032,11	0,01%	500 000,00	0,08%	-438 967,89	-87,79%
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	18 926,36	0,00%	2 150,80	0,00%	16 775,56	779,97%
Devedores por empréstimos bonificados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	N/A
Clientes, contribuintes e utentes	9 163 183,57	1,42%	7 336 352,94	1,13%	1 826 830,63	24,90%
Estado e outros entes públicos	1 003 704,17	0,16%	883 846,11	0,14%	119 858,06	13,56%
Outras contas a receber	45 960 963,18	7,12%	41 655 407,34	6,39%	4 305 555,84	10,34%
Diferimentos	590 540,31	0,09%	661 614,36	0,10%	-71 074,05	-10,74%
Caixa e depósitos bancários	48 962 455,61	7,58%	66 444 192,00	10,20%	-17 481 736,39	-26,31%
Total do Ativo	645 544 461,24	100,00%	651 549 346,67	100,00%	-6 004 885,43	-0,92%
Património Líquido	583 275 894,77	90,35%	581 749 823,94	89,29%	1 526 070,83	0,26%
Património/Capital	179 343 599,07	27,78%	179 335 685,03	27,52%	7 914,04	0,00%
Reservas	39 540 718,85	6,13%	39 517 952,17	6,07%	22 766,68	0,06%
Resultados transitados	313 070 311,40	48,50%	307 443 293,61	47,19%	5 627 017,79	1,83%
Ajustamentos em ativos financeiros	5 305 699,05	0,82%	5 305 699,05	0,81%	0,00	0,00%
Outras variações no património líquido	49 321 918,54	7,64%	44 449 207,90	6,82%	4 872 710,64	10,96%
Resultado líquido do período	-3 573 350,71	-0,55%	5 412 100,65	0,83%	-8 985 451,36	-166,03%
Interesses que não controlam	266 998,56	0,04%	285 885,53	0,04%	-18 886,97	-6,61%
Passivo						
Passivo não corrente	30 519 799,00	4,73%	33 280 396,21	5,11%	-2 760 597,21	-8,29%
Provisões	10 889 625,71	1,69%	10 486 292,04	1,61%	403 333,67	3,85%
Financiamentos obtidos	9 625 316,88	1,49%	11 889 866,36	1,82%	-2 264 549,48	-19,05%
Fornecedores de investimentos	64 400,00	0,01%	69 200,00	0,01%	-4 800,00	-6,94%
Diferimentos	7 737 908,91	1,20%	9 072 659,10	1,39%	-1 334 750,19	-14,71%
Outras contas a pagar	2 202 547,50	0,34%	1 762 378,71	0,27%	440 168,79	24,98%
Passivo corrente	31 748 767,47	4,92%	36 519 126,52	5,60%	-4 770 359,05	-13,06%
Credores por transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	N/A
Fornecedores	1 837 653,51	0,28%	1 742 256,53	0,27%	95 396,98	5,48%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	460 826,49	0,07%	460 826,49	0,07%	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	702 541,49	0,11%	664 696,82	0,10%	37 844,67	5,69%
Financiamentos obtidos	2 414 639,85	0,37%	2 781 394,69	0,43%	-366 754,84	-13,19%
Fornecedores de investimentos	587 216,17	0,09%	77 049,58	0,01%	510 166,59	662,13%
Outras contas a pagar	14 318 578,53	2,22%	14 679 530,82	2,25%	-360 952,29	-2,46%
Diferimentos	11 427 311,43	1,77%	16 113 371,59	2,47%	-4 686 060,16	-29,08%
Total do Passivo	62 268 566,47	9,65%	69 799 522,73	10,71%	-7 530 956,26	-10,79%
Total do Património Líquido e Passivo	645 544 461,24	100,00%	651 549 346,67	100,00%	-6 004 885,43	-0,92%

No quadro seguinte apresentam-se alguns dos rácios mais relevantes na análise da posição financeira da autarquia, onde é fácil concluir que existe capacidade financeira para fazer face aos passivos assumidos.

		31/12/2023		31/12/2022		Observações
Solvabilidade I	Património Líquido	583 275 895	937%	581 749 824	833%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, i.e., evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de CP e MLP). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade face aos seus credores
	Passivo	62 268 566		69 799 523		
Solvabilidade II	Ativo Líquido	645 544 461	1037%	651 549 347	933%	Este indicador dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100%, pois caso seja inferior, a unidade evidencia uma situação líquida negativa
	Passivo	62 268 566		69 799 523		
Autonomia Financeira	Património Líquido	583 275 895	90%	581 749 824	89%	Este indicador evidencia a parte do ativo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%
	Ativo Líquido	645 544 461		651 549 347		
Liquidez Geral	Ativo corrente	107 304 100	338%	119 260 853	327%	Este indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante. Deve ser superior a 100% (situação de equilíbrio financeiro mínimo). Se for inferior a 100%, mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo. Quando maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a CP podem ser pagos nos prazos adequados.
	Passivo corrente	31 748 767		36 519 127		
Liquidez Imediata	Caixa e bancos	48 962 456	154%	66 444 192	182%	Este indicador é idêntico ao anterior, considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser superior a 90%
	Passivo corrente	31 748 767		36 519 127		
Indicador das Imobilizações I	Património Líquido	583 275 895	108%	581 749 824	109%	Avalia cobertura do imobilizado pelo fundo patrimonial. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando se o fundo patrimonial é suficiente para financiar o imobilizado ou se é necessário utilizar financiamentos externos. Deve ser > 100%.
	AFT + AI + PI + PF	538 215 740		532 265 594		
Indicador das Imobilizações II	Passivo não corrente	30 519 799	6%	33 280 396	6%	Avalia cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de MLP. É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de MLP. Em conjunto com os fundos próprios devem corresponder a 100% do ativo imobilizado.
	AFT + AI + PI + PF	538 215 740		532 265 594		
% Imobilizado Líquido Total	AFT + AI + PI + PF	538 215 740	83%	532 265 594	82%	Permite aferir a importância relativa do imobilizado no conjunto do ativo líquido da autarquia. Quanto maior a %, maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do ativo.
	Ativo Líquido	645 544 461		651 549 347		
Endividamento I	Passivo	62 268 566	10%	69 799 523	11%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao passivo.
	Ativo Líquido	645 544 461		651 549 347		
Endividamento II	Dívidas (MLP + CP)	32 213 720	5%	34 127 200	5%	Mede o peso de capitais alheios no financiamento das atividades da entidade, indicando a dependência em relação a recursos de terceiros (bancos, fornecedores, recursos da atividade laboral e tributária. Uma participação próxima de 100% denota insolvência e extrema dependência de terceiros. Deve ser ≤ 60%.
	Ativo Líquido	645 544 461		651 549 347		
Endividamento de CP	Passivo corrente-Diferimentos	20 321 456	3%	20 405 755	3%	Mede o grau de dependência do ativo líquido total relativamente ao capital alheio de CP utilizado pela entidade.
	Ativo Líquido	645 544 461		651 549 347		
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	32 213 720	159%	34 127 200	167%	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quando maior for o rácio de MLP, menor será o peso das dívidas de CP na dívida total, com menores pressões na tesouraria
	Passivo corrente sem diferimentos e provisões	20 321 456		20 405 755		
Estrutura de Endividamento II	Passivo corrente-Diferimentos	20 321 456	63%	20 405 755	60%	Exprime a estrutura do endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante excluindo por isso os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior
	Passivo sem diferimentos e provisões	32 213 720		34 127 200		

Análise à Demonstração de Resultados Consolidada

A generalidade das componentes dos Rendimentos e Gastos consolidados é determinada pelas contas individuais do Município e SMAS.

A Demonstração de Resultados permite avaliar o grau de eficiência conseguido em termos de atividade, de forma a efetuar uma previsão relativamente à capacidade que o grupo municipal detém para gerar fluxos de caixa.

Da análise à estrutura de rendimentos, verifica-se que o grupo tem uma independência financeira de apoio externo, dado que o somatório das rubricas de impostos e taxas, vendas e prestações de serviços, totaliza cerca 72% do total de rendimentos.

RUBRICAS	31/12/2023	Peso no total nos rendimentos
Rendimentos	173 124 802,12	100,00%
Impostos e taxas	78 826 809,18	45,53%
Vendas	12 443 397,98	7,19%
Prestações de serviços	33 849 994,33	19,55%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	42 318 459,92	24,44%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	152,84	0,00%
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	13 951,51	0,01%
Outros rendimentos e ganhos	5 631 765,30	3,25%
Juros e rendimentos similares obtidos	40 271,06	0,02%

Contribui significativamente para a capacidade financeira do município a rubrica de impostos e taxas, que totaliza em 2023 cerca de 78,8 milhões de euros.

RUBRICAS	31/12/2023	Peso no total nos rendimentos	31/12/2022	Peso no total nos rendimentos	Variação 2023-2022	
					Valor	%
Rendimentos	173 124 802,12	100,00%	164 040 398,48	100,00%	9 084 403,64	5,54%
Impostos e taxas	78 826 809,18	45,53%	77 594 641,33	47,30%	1 232 167,85	1,59%
Vendas	12 443 397,98	7,19%	12 157 881,86	7,41%	285 516,12	2,35%
Prestações de serviços	33 849 994,33	19,55%	32 647 581,67	19,90%	1 202 412,66	3,68%
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	42 318 459,92	24,44%	34 425 035,44	20,99%	7 893 424,48	22,93%
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	13 951,51	0,01%	2 323,88	0,00%	11 627,63	500,35%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	152,84	0,00%	0,00	0,00%	152,84	N/A
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	0,00	0,00%	365 632,78	0,22%	-365 632,78	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	5 631 765,30	3,25%	6 770 152,59	4,13%	-1 138 387,29	-16,81%
Juros e rendimentos similares obtidos	40 271,06	0,02%	77 148,93	0,05%	-36 877,87	-47,80%

Pelo quadro anterior verifica-se um aumento global dos rendimentos em 5,54% face ao ano de 2022.

Comparativamente a 2022, é notório o incremento nas rubricas de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, impostos e taxas, e na rubrica de prestação

de serviços, em contrapartida das diminuições de outros rendimentos e ganhos, imparidade de dívidas a receber, e juros e rendimentos similares obtidos.

Analisando a estrutura de gastos constata-se que são os gastos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, os quais contribuem para o total dos gastos operacionais com 73%.

RUBRICAS	31/12/2023	Peso no total nos gastos
Gastos	176 717 039,62	100,00%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 049 169,89	1,73%
Fornecimentos e serviços externos	54 847 890,44	31,04%
Gastos com o pessoal	73 478 029,57	41,58%
Transferências e subsídios concedidos	22 156 757,69	12,54%
Prestações sociais	453 465,55	0,26%
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	203 958,95	0,12%
Provisões (aumentos/reduções)	74 849,75	0,04%
Outros gastos e perdas	2 265 567,30	1,28%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19 687 783,53	11,14%
Juros e gastos similares suportados	494 380,90	0,28%
Imposto sobre o rendimentos	5 186,05	0,00%

Assume também um papel relevante na estrutura de gastos o montante despendido em transferências e subsídios concedidos e ainda os gastos com depreciações e amortizações, sendo que estes últimos não envolvem um dispêndio financeiro, apenas se destinam a evidenciar contabilisticamente o desgaste dos bens de investimento.

Comparativamente a 2022, verifica-se um incremento dos gastos totais em 18,1 milhões de euros, representando cerca de 11%.

RUBRICAS	31/12/2023	Peso no total nos gastos	31/12/2022	Peso no total nos gastos	Variação 2023-2022	
					Valor	%
Gastos	176 717 039,62	100,00%	158 628 297,83	100,00%	18 088 741,79	11,40%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00%	83 104,34	0,05%	-83 104,34	-100,00%
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 049 169,89	1,73%	2 263 273,28	1,43%	785 896,61	34,72%
Fornecimentos e serviços externos	54 847 890,44	31,04%	51 750 023,57	32,62%	3 097 866,87	5,99%
Gastos com o pessoal	73 478 029,57	41,58%	63 155 159,44	39,81%	10 322 870,13	16,35%
Transferências e subsídios concedidos	22 156 757,69	12,54%	18 783 676,66	11,84%	3 373 081,03	17,96%
Prestações sociais	453 465,55	0,26%	0,00	0,00%	453 465,55	N/A
Imparidade de inventários(perdas/reversões)	203 958,95	0,12%	0,00	0,00%	203 958,95	N/A
Provisões (aumentos/reduções)	74 849,75	0,04%	1 077 477,36	0,68%	-1 002 627,61	-93,05%
Outros gastos e perdas	2 265 567,30	1,28%	2 602 821,26	1,64%	-337 253,96	-12,96%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19 687 783,53	11,14%	18 731 445,27	11,81%	956 338,26	5,11%
Juros e gastos similares suportados	494 380,90	0,28%	177 529,46	0,11%	316 851,44	178,48%
Imposto sobre o rendimentos	5 186,05	0,00%	3 787,19	0,00%	1 398,86	36,94%

Em valores absolutos, contribuíram para o maior incremento dos gastos o pessoal, as transferências e subsídios concedidos e os fornecimentos e serviços externos.

Pelos gastos e rendimentos gerados no período, o grupo municipal apurou um resultado líquido negativo de 3.592.237,50 euros, onde 3.573.350,71 euros são atribuíveis à entidade mãe e o montante de 18.886,79 euros é atribuível com o resultado dos interesses que não controlam.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Com a aplicação do SNC-AP em 2020, o perímetro orçamental da autarquia foi alterado, deixando de incluir a Wemob e foi preparada a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental.

Em 2023, foi apurada uma receita efetiva de 163 milhões de euros e um saldo de gerência orçamental transitado da gerência anterior de 61,9 milhões de euros, no total de 225M€.

RECEBIMENTOS	Consolidado	
	2023	2022
Saldo de gerência anterior ajustado	65 656 814,23	53 712 264,66
Operações orçamentais ajustadas [1]	61 879 124,33	50 592 229,27
Operações de tesouraria [A]	3 777 689,90	3 120 035,39
Receita corrente	157 977 184,28	149 595 836,45
Receita fiscal	66 173 911,88	69 099 146,39
Impostos diretos	66 173 911,88	69 099 146,39
Impostos indiretos		
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
Taxas, multas e outras penalidades	9 020 439,81	8 820 630,78
Rendimentos de propriedade	3 541 446,62	3 421 388,46
Transferências Correntes	39 905 223,27	34 457 494,74
Venda de bens e serviços	38 638 047,99	33 730 636,11
Outras receitas correntes	698 114,71	66 539,97
Receita de capital	4 338 846,78	7 295 634,51
Venda de bens de investimento	25 749,81	84 026,88
Transferências de Capital	4 156 338,84	6 863 482,91
Outras receitas de capital	156 758,14	348 124,72
Reposição não abatidas aos pagamentos	781 673,37	372 264,55
Receita efetiva [2]	163 097 704,43	157 263 735,51
Receita não efetiva [3]	0,00	12 264 146,26
Receita com ativos financeiros		12 264 146,26
Receita com passivos financeiros		0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	224 976 828,76	220 120 111,04
Operações de tesouraria [B]	424 039,80	2 951 887,38

O total de pagamentos cifrou-se em 179,4 milhões de euros, mas destes 177,2 milhões de euros correspondem a despesa efetiva e 2,3 milhões de euros a despesa não efetiva, que corresponde à despesa com passivos financeiros.

PAGAMENTOS	Consolidado	
	2023	2022
Despesa corrente	144 574 428,72	124 878 984,80
Despesas com o pessoal	70 944 192,67	61 494 126,92
Aquisição de bens e serviços	51 193 548,39	44 997 245,79
Juros e outros encargos	404 729,28	119 716,23
Transferências correntes	19 671 253,51	16 042 377,59
Subsídios	747 802,58	626 633,64
Outras despesas correntes	1 612 902,29	1 598 884,63
Despesa de capital	32 579 094,00	30 558 176,70
Aquisição de bens de capital	29 950 662,57	27 848 059,20
Transferências de capital	2 610 317,62	2 710 117,50
Outras despesas de capital	18 113,81	0,00
Despesa efetiva [5]	177 153 522,72	155 437 161,50
Despesa não efetiva [6]	2 293 028,22	2 902 802,48
Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00
Despesa com passivos financeiros	2 293 028,22	2 902 802,48
Soma [7]=[5]+[6]	179 446 550,94	158 339 963,98
Operações de tesouraria [C]	1 095 325,73	3 144 223,28

O total de despesa realizada e de receita arrecadada permitiu a obtenção de um saldo de gerência orçamental consolidado de 45,5 milhões de euros.

APURAMENTO	2023	2022
Saldo para a gerência seguinte	48 636 681,79	64 707 846,55
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	45 530 277,82	61 780 147,06
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	3 106 403,97	2 927 699,49
Saldo global [2] - [5]	-14 055 818,29	1 826 574,01
Despesa primária	176 748 793,44	155 317 445,27
Saldo corrente	13 402 755,56	24 716 851,65
Saldo de capital	-28 240 247,22	-23 262 542,19
Saldo primário	-13 651 089,01	1 946 290,24
Receita total [1] + [2] + [3]	224 976 828,76	220 120 111,04
Despesa total [5] + [6]	179 446 550,94	158 339 963,98

O saldo corrente apurado nos termos da NCP 26 é positivo em 13 milhões de euros, sendo o saldo de capital negativo em 28 milhões de euros.

É apresentada também a demonstração consolidada dos direitos e obrigações.

Após a eliminação dos saldos intra-grupo, considera-se que esta demonstração é referente aos direitos por receber e obrigações por pagar do grupo considerado, no final do período.

2 DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

2.1 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

RUBRICA	RECEBIMENTOS	Consolidado	
		2023	2022
RA01	Saldo de gestão anterior	65 656 814	53 712 265
RI01	Operações orçamentais [1]	61 879 124	50 592 229
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais	0	0
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0	0
RI03	Operações de tesouraria [A]	3 777 690	3 120 035
		0	0
RA02	Receita corrente	157 977 184	149 595 836
R1	Receita fiscal	66 173 912	69 099 146
R1.1	Impostos diretos	66 173 912	69 099 146
R1.2	Impostos indiretos	0	0
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	9 020 440	8 820 631
R4	Rendimentos de propriedade	3 541 447	3 421 388
R5	Transferências e subsídios correntes	39 905 223	34 457 495
R5.1	Transferências correntes	39 905 223	34 457 495
R5.1.1	Administrações Públicas	39 655 607	34 403 258
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	39 641 607	34 266 499
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	14 000	136 758
R5.1.1.3	Segurança Social	0	0
R5.1.1.4	Administração Regional	0	0
R5.1.1.5	Administração Local	0	0
R5.1.2	Exterior - U E	248 741	52 766
R5.1.3	Outras	876	1 471
R5.2	Subsídios correntes	0	0
R6	Venda de bens e serviços	38 638 048	33 730 636
R7	Outras receitas correntes	698 115	66 540
		0	0
RA03	Receita de capital	4 338 847	7 295 635
R8	Venda de bens de investimento	25 750	84 027
R9	Transferências e subsídios de capital	4 156 339	6 863 483
R9.1	Transferências de capital	4 156 339	6 863 483
R9.1.1	Administrações Públicas	3 522 792	6 863 483
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3 412 276	6 746 774
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	110 516	116 709
R9.1.1.3	Segurança Social	0	0
R9.1.1.4	Administração Regional	0	0
R9.1.1.5	Administração Local	0	0
R9.1.2	Exterior - U E	420 629	0
R9.1.3	Outras	212 918	0
R9.2	Subsídios de capital	0	0
R10	Outras receitas de capital	156 758	348 125
RA04	Receita efetiva [2]	163 097 704	157 263 736
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	781 673	372 265
		0	0
RA05	Receita não efetiva [3]	0	12 264 146
R12	Receita com ativos financeiros	0	12 264 146
R13	Receita com passivos financeiros	0	0
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	224 976 829	220 120 111
ROT1	Operações de tesouraria [B]	424 040	2 951 887

Conciliação com saldo da Demonstração de Fluxos de Caixa		
1	Saldo Gestão 2022	64 707 847
2	Ajustamento por homogenização de demonstrações orçamentais Caixa e seus equivalentes a 31.12.2022 da empresa WEMOB que não faz parte do perímetro orçamental	1 468 240
3	Saldo final de caixa e seus equivalentes do consolidado financeiro	268 106
(1)+(2)+(3)		66 444 192
1	Saldo Gestão 2023	48 636 682
2	Ajustamento por homogenização de demonstrações orçamentais Caixa e seus equivalentes a 31.12.2023 da empresa WEMOB que não faz parte do perímetro orçamental	325 774
(1)+(2)+(3)		48 962 456

RUBRICA	PAGAMENTOS	Consolidado	
		2023	2022
DA01	Despesa corrente	144 574 429	124 878 985
D1	Despesas com o pessoal	70 944 193	61 494 127
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	53 147 699	45 097 029
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	3 182 841	2 972 416
D1.3	Segurança social	14 613 653	13 424 882
D2	Aquisição de bens e serviços	51 193 549	44 997 246
D3	Juros e outros encargos	404 729	119 716
D4	Transferências e subsídios correntes	20 419 066	16 669 011
DA1	Transferências correntes	19 671 254	16 042 378
DA1.1	Administrações Públicas	4 881 849	4 698 464
DA1.1.1	Administração Central - Estado Português	0	0
DA1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0	0
DA1.1.3	Segurança Social	0	0
DA1.1.4	Administração Regional	0	0
DA1.1.5	Administração Local	4 881 849	4 698 464
DA1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	14 258 907	10 625 790
DA1.3	Famílias	255 410	145 581
DA1.4	Outras	275 087	572 543
DA2	Subsídios Correntes	747 803	626 634
D5	Outras despesas correntes	1 612 902	1 598 885
		0	0
DA02	Despesa de capital	32 579 094	30 558 177
D6	Aquisição de bens de capital	29 950 663	27 848 059
D7	Transferências e subsídios de capital	2 610 318	2 710 118
D7.1	Transferências de capital	2 610 318	2 710 118
D7.1.1	Administrações Públicas	1 206 885	1 140 966
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0	0
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0	0
D7.1.1.3	Segurança Social	0	0
D7.1.1.4	Administração Regional	0	0
D7.1.1.5	Administração Local	1 206 885	1 140 966
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	1 403 433	1 569 152
D7.1.3	Famílias	0	0
D7.1.4	Outras	0	0
D7.2	Subsídios de capital	0	0
D8	Outras despesas de capital	18 114	0
		0	0
DA03	Despesa efetiva [5]	177 153 523	155 437 162
DA04	Despesa não efetiva [6]	2 293 028	2 902 802
D9	Despesa com ativos financeiros	0	0
D10	Despesa com passivos financeiros	2 293 028	2 902 802
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	179 446 551	158 339 964
DOT1	Operações de tesouraria [C]	1 095 326	3 144 223
DA06	Saldo para a gestão seguinte	48 636 682	64 707 847
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	45 530 278	61 780 147
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	3 106 404	2 927 699
DA09	Saldo global [2] - [5]	-14 055 818	1 826 574
DA10	Despesa primária	176 748 793	155 317 445
DA11	Saldo corrente	13 402 756	24 716 852
DA12	Saldo de capital	-28 240 247	-23 262 542
DA13	Saldo primário	-13 651 089	1 946 290
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	224 976 829	220 120 111
DA15	Despesa total [5] + [6]	179 446 551	158 339 964

2.2 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	CONSOLIDADO	
		2023	2022
RA02	Receita corrente	12 966 902,16	10 415 758,65
R1	Receita fiscal	9 480,30	6 183,20
R1.1	Impostos diretos	9 480,30	6 183,20
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 625 957,40	1 362 284,70
R4	Rendimentos de propriedade	805 015,67	90 465,01
R5	Transferências e subsídios correntes	219 837,45	139 878,98
R5.1	Transferências correntes	219 837,45	139 878,98
R5.1.1	Administrações Públicas	79 958,47	0,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	79 958,47	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	139 878,98	139 878,98
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	10 206 012,80	8 746 918,77
R7	Outras receitas correntes	100 598,55	70 027,99
RA03	Receita de capital	751 240,33	906 734,04
R8	Venda de bens de investimento	210 282,42	80,64
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	583 381,50
R9.1	Transferências de capital	0,00	500 000,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	83 381,50
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	540 957,91	88 103,78
RA04	Receita efetiva [2]	13 951 799,86	11 322 492,69
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	233 657,37	0,00
RA05	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	13 951 799,86	11 322 492,69
DA01	Despesa corrente	4 239 790,87	1 662 749,09
D1	Despesas com o pessoal	681 931,46	671 380,31
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	486 046,40	447 336,87
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	25 352,22	29 765,17
D1.3	Segurança social	170 532,84	194 278,27
D2	Aquisição de bens e serviços	1 544 868,04	976 159,18
D3	Juros e outros encargos	6 583,19	15 000,00
D4	Transferências e subsídios correntes	2 002 153,08	87,10
D4.1	Transferências correntes	6 710,00	87,10
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	87,10
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	6 500,00	0,00
D4.1.3	Famílias	210,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00
D4.2	Subsídios Correntes	1 995 443,08	0,00
D5	Outras despesas correntes	4 255,10	122,50
DA02	Despesa de capital	1 014 959,63	1 226 942,58
D6	Aquisição de bens de capital	1 014 959,63	1 217 246,58
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00	9 696,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
DA03	Despesa efetiva [5]	5 254 750,50	2 889 691,67
DA04	Despesa não efetiva [6]	11 579 287,26	13 882 523,94
D9	Despesa com ativos financeiros	11 579 287,26	13 882 523,94
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	16 834 037,76	16 772 215,61

3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 BALANÇO CONSOLIDADO

RUBRICAS	Notas	TOTAL CONSOLIDADO	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativos não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	3	516 386 019,79	510 432 643,84
Propriedades de Investimento	8	987 051,24	1 003 512,66
Ativos intangíveis	5	671 378,44	658 146,76
Participações financeiras	22	20 171 290,58	20 171 290,58
Outros Ativos financeiros		24 621,58	22 899,63
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios			
Diferimentos			
		538 240 361,63	532 288 493,47
Activo corrente:			
Inventários	10	1 543 294,30	1 777 289,65
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	9.18	61 032,11	500 000,00
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis		18 926,36	
Devedores por empréstimos bonificados	9.18		2 150,80
Cientes, contribuintes e utentes	9.18	9 163 183,57	7 336 352,94
Estado e outros entes públicos	23	1 003 704,17	883 846,11
Outras contas a receber	9.18	45 960 963,18	41 655 407,34
Diferimentos		590 540,31	661 614,36
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	23	48 962 455,61	66 444 192,00
		107 304 099,61	119 260 853,20
Total do Ativo		645 544 461,24	651 549 346,67
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23	179 343 599,07	179 335 685,03
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	23	39 540 718,85	39 517 952,17
Resultados transitados	23	313 070 311,40	307 443 293,61
Ajustamentos em ativos financeiros	23	5 305 699,05	5 305 699,05
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	23	49 321 918,54	44 449 207,90
Resultado líquido do período		-3 573 350,71	5 412 100,65
Interesses que não controlam		266 998,56	285 885,53
Total do Património Líquido		583 275 894,77	581 749 823,94
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	10 889 625,71	10 486 292,04
Financiamentos obtidos	7	9 625 316,88	11 889 866,36
Fornecedores de investimentos	18	64 400,00	69 200,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	23	7 737 908,91	9 072 659,10
Outras contas a pagar	18	2 202 547,50	1 762 378,71
		30 519 799,00	33 280 396,21
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos		-	-
Fornecedores	18	1 837 653,51	1 742 256,53
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	460 826,49	460 826,49
Estado e outros entes públicos	23	702 541,49	664 696,82
Financiamentos obtidos	7	2 414 639,85	2 781 394,69
Fornecedores de investimentos	18	587 216,17	77 049,58
Outras contas a pagar	18	14 318 578,53	14 679 530,82
Diferimentos	23	11 427 311,43	16 113 371,59
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		31 748 767,47	36 519 126,52
Total do passivo		62 268 566,47	69 799 522,73
Total do património líquido e passivo		645 544 461,24	651 549 346,67

3.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Total consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022
Impostos e taxas	14	78 826 809,18	77 594 641,33
Vendas	13	12 443 397,98	12 157 881,86
Prestações de serviços	13	33 849 994,33	32 647 581,67
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	42 318 459,92	34 425 035,44
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		152,84	-83 104,34
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-3 049 169,89	-2 263 273,28
Fornecimentos e serviços externos	23	-54 847 890,44	-51 750 023,57
Gastos com o pessoal	19	-73 478 029,57	-63 155 159,44
Transferências e subsídios concedidos	23	-22 156 757,69	-18 783 676,66
Prestações sociais		-453 465,55	0,00
Imparidade de inventários(perdas/reversões)		13 951,51	2 323,88
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	9	-203 958,95	365 632,78
Provisões (aumentos/reduções)	15	-74 849,75	-1 077 477,36
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13/14/23	5 631 765,30	6 770 152,59
Outros gastos e perdas	23	-2 265 567,30	-2 602 821,26
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamentos		16 554 841,92	24 247 713,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.5	-19 687 783,53	-18 731 445,27
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00
Resultado operacional(antes de gastos de financiamentos)		-3 132 941,61	5 516 268,37
Juros e rendimentos similares obtidos		40 271,06	77 148,93
Juros e gastos similares suportados		-494 380,90	-177 529,46
Resultado antes de impostos		-3 587 051,45	5 415 887,84
Imposto sobre o rendimentos		-5 186,05	-3 787,19
Resultado líquido do período		-3 592 237,50	5 412 100,65
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		-3 573 350,71	5 423 514,21
Interesses que não controlam		-18 886,79	-11 413,56

3.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Rubricas	Períodos	
	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	41 708 294,43	38 381 426,12
Recebimentos de contribuintes	66 174 642,09	69 363 292,65
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	39 786 744,76	34 363 277,10
Recebimentos de utentes	8 511 180,24	7 753 936,58
Pagamento a fornecedores	-56 937 701,35	-53 463 428,94
Pagamentos ao pessoal	-71 585 499,48	-62 137 488,54
Pagamentos de transferências e subsídios correntes	-22 306 571,13	-18 580 206,45
Pagamento de prestações sociais	-248 802,58	
Caixa gerada pelas operações	5 102 286,98	15 680 808,52
Outros recebimentos/pagamentos	85 826,89	2 036 039,01
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	5 188 113,87	17 716 847,53
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-21 555 642,03	-20 748 572,35
Ativos intangíveis	-722 875,61	-469 423,00
Propriedades de Investimento	0,00	-152 633,64
Investimentos financeiros	244 107,67	-5 892,86
Outros ativos	-3 673 035,89	-388,72
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	376 282,71
Ativos intangíveis	0,00	0,00
Propriedades de Investimento	451 961,64	469 097,23
Investimentos financeiros	1 295,93	269 665,28
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	5 535 903,71	6 414 147,61
Transferências de capital	298 717,00	535 750,21
Juros e rendimentos similares	1 143,75	-86 414,91
Dividendos	27 012,16	69 830,92
Fluxos de caixa das atividades de investimentos (b)	-19 391 411,67	-13 328 551,52
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	173 000,00	376 537,94
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-3 044 192,78	-3 955 942,05
Juros e gastos similares	-407 245,81	-122 729,92
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	-11 655,12
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-3 278 438,59	-3 713 789,15
Variações de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	-17 481 736,39	674 506,86
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	66 444 192,00	65 769 685,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48 962 455,61	66 444 192,00
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GÊRENCIA		
Caixa e seu equivalentes no início do período	66 444 192,00	65 769 685,14
(-)Equivalentes a Caixa no início do período	0,00	-12 000 000,00
(-) Variações cambiais de caixa no início do período		
(=)Saldo da gerência anterior	66 444 192,00	53 769 685,14
De execução orçamental	62 147 230,02	50 748 218,68
De operações de tesouraria	4 296 961,98	3 021 466,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	48 962 455,61	66 444 192,00
(-)Equivalentes a Caixa no fim do período	0,00	0,00
(-) Variações cambiais de caixa no fim do período		
(=)Saldo da gerência seguinte	48 962 455,61	66 444 192,00
De execução orçamental	45 856 051,63	63 516 492,51
De operações de tesouraria	3 106 403,98	2 927 699,49

3.4 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do Património líquido
		Capital/ Património Realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	[1]	179 343 599,07	0,00			39 517 952,17	307 443 293,61	5 305 699,05	0,00	44 449 207,90	5 412 100,65	581 463 938,41	285 885,53	581 749 823,94
ALTERAÇÃO NO PERÍODO [2]		-7 914,04	0,00	0,00	0,00	22 766,68	5 627 017,79	0,00	0,00	4 872 710,64	-5 412 100,65	5 118 308,50	-18 886,97	5 099 421,53
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00										0,00		0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-7 914,04				22 766,68	5 627 017,79			4 872 710,64	-5 412 100,65	5 118 308,50	-18 886,97	5 099 421,53
Correção de erros materiais		0,00										0,00		0,00
		0,00	0,00											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	[3]										-3 573 350,71	-3 573 350,71		-3 573 350,71
RESULTADO INTEGRAL	[4]=[2]+[3]	-7 914,04	0,00	0,00	0,00	22 766,68	5 627 017,79	0,00	0,00	4 872 710,64	-8 985 451,36	1 544 957,79	-18 886,97	1 526 070,82
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO [5]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações												0,00		0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
											0,00	152 633,64	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	[6]=[1]+[2]+[3]+[5]	179 343 599,07	0,00	0,00	0,00	39 540 718,85	313 070 311,40	5 305 699,05	0,00	49 321 918,54	-3 573 350,71	583 008 896,20	266 998,56	583 275 894,76

3.5 CONTABILIDADE DE GESTÃO

Constituindo um instrumento de gestão interna, a contabilidade de gestão assume extrema importância, ao permitir às entidades que constituem o Grupo Municipal maior rigor na gestão de recursos e uma administração mais eficaz, eficiente e económica.

Com a contabilidade de gestão é possível avaliar os resultados das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas, bem como o cumprimento dos objetivos de serviço aos cidadãos.

Complementando a contabilidade orçamental e a contabilidade financeira, esta contabilidade permite uma melhor gestão do Município e de cada uma das suas unidades funcionais.

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas através da NCP 27, a qual definiu os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

No quadro seguinte apresenta-se o resumo de rendimentos e gastos apurados analiticamente.

Atividades Desenvolvidas por Entidade		Gastos	Rendimentos	Resultado
CMA	Funções gerais	133 629 110,00	132 522 338,00	1 106 772,00
	Funções económicas	22 333,00	1 052,00	21 281,00
	Funções sociais	8 262 705,00	10 093 760,38	-1 831 055,38
	Outras funções	4 285 716,61	0,00	4 285 716,61
	Total	146 199 864,61	142 617 150,38	3 582 714,23
SMAS		30 095 770,48	30 616 050,90	-520 280,42
Wemob		3 718 278,25	3 733 544,50	-15 266,25
AGENEAL		315 719,79	272 942,72	42 777,07
ARRIBATEJO		129 562,64	96 966,28	32 596,36
NOVA ALMADA VELHA		77 728,04	87 113,08	-9 385,04
Ajustamentos de consolidação		-3 819 884,19	-4 298 965,74	479 081,55
Total		176 717 039,62	173 124 802,12	3 592 237,50

No quadro seguinte, apresentam-se as Entidades relevantes para efeitos da dívida total.

ENTIDADES	Dívida a Terceiros (Balanço)	Exceto Op. Tesouraria ^{a)}	Participação / quota parte ²	Dívida a excluir ³	Dívida Total
Serviços municipalizados ³					1 368 538,90
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	6 295 548,13	3 381 039,54	1,00000000	1 545 969,69	1 368 538,90
Serviços Intermunicipalizados ³					0,00
	0,00	0,00	0,00000000		0,00
Entidades intermunicipais ³ :					
Área Metropolitana					1 633,41
AML - Área Metropolitana de Lisboa	48 109,37	18 924,00	0,0559666		1 633,41
Comunidade Intermunicipal					0,00
	0,00	0,00	0,00000000		0,00
Entidades associativas municipais ³ :					
Associações de Freguesias					0,00
	0,00	0,00	0,00000000		0,00
Associações de Municípios					325,15
AMRPMS - Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis	8 406,62	0,00	0,0122000		102,56
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	1 440,54	0,00	0,0204100		29,40
AIA - Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal	1 214,71	0,00	0,1590370		193,18
ASSOCIAÇÃO ADAPT.LOCAL-Rede Municípios Adapt.Local Alterações Climáticas	0,00	0,00	0,0204000		0,00
Empresas locais ⁴					0,00
WEMOB - E.M., S.A.	403 293,43	0,00	1,00000000		0,00
Empresas participadas ⁴					5 637 933,93
Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A	54 599 179,09	8 873 843,11	0,1233000		5 637 933,93
Cooperativas					0,00
	0,00	0,00	0,00000000		0,00
Fundações					0,00
	0,00	0,00	0,00000000		0,00
Entidades de outra natureza					202 517,80
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	7 779,51	0,00	0,6173000		7 779,51
NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local	7 989,19	0,00	0,8475000		7 989,19
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada ^{b)}	26 882,29	0,00	0,4650000		26 882,29
ARTEMREDE - Projeto de Cooperação Cultural	445 418,15	0,00	0,0704000		31 357,44
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e sustentáveis ^{c)}	519 470,35	0,00	0,1578947		82 021,63
Associação Turismo de Lisboa	9 031 568,13	0,00	0,0051473		46 487,74
Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada / Setúbal - MADAN PARQUE ⁷	0,00	0,00	0,00000000		0,00
TOTAL					7 210 949,18

¹ A preencher de acordo com o estabelecido no art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sucessivamente alterada e republicada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto

² Ou o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 54º

³ Para efeitos do apuramento da dívida total de cada município não é considerada a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, bem como as das entidades intermunicipais ou entidades associativas municipais que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores (art.º 54.º, n.º 4 da Lei n.º 73/2013).

⁴ Em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Notas:

a) inclui operações não orçamentais (SMAS)

b) participação (direta) no património associativo nominal: Município de Almada (46,5%); SMAS (25,6%); WEMOB (0,4%)

c) à data de prestação de contas: dados provisórios com base nas contas não auditadas

d) à data não foi rececionada qualquer informação

Dívida total - Apuramento da dívida total

ENTIDADE											
Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023											
DÍVIDA TOTAL											
ENTIDADES	Passivo não corrente (total)	Passivo não corrente - Provisões	Passivo não corrente - Diferimentos ^{a)}	Passivo corrente (total)	Passivo corrente - Diferimentos ^{a)}	Passivo relativo ao art.º 90-A do RFALFI	Saldo final de operações de tesouraria ^{b)}	Fundo de Apoio Municipal	Empréstimos bancários excluídos do cálculo	Dívida a excluir ¹	Dívida Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11) = 1-2-3+4-5-6-7-8-9-10
Município	28 801 816,92	10 311 871,25	7 051 068,12	26 507 563,35	21 647 522,28	0,00	2 243 265,14	0,00	0,00		14 055 653,48
Serviços Municipalizados ¹	2 903 109,75	577 754,46	686 840,79	8 758 390,85	4 101 357,22	0,00	3 381 039,54	0,00	0,00	1 545 969,69	1 368 538,90
Serviços Intermunicipalizados ¹											0,00
Entidades intermunicipais ¹ :											0,00
Área Metropolitana	79 244,01	60 320,01	0,00	79 414 643,05	79 385 457,68	0,00	18 924,00	0,00	0,00		29 185,37
Comunidade Intermunicipal											0,00
Entidades associativas municipais ¹ :											0,00
Associações de Freguesias											0,00
Associações de Municípios											0,00
AMRPMS- Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis	0,00	0,00	0,00	12 377,66	3 971,04	0,00	0,00	0,00	0,00		8 406,62
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	0,00	0,00	0,00	1 440,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		1 440,54
AlA- Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal	0,00	0,00	0,00	1 214,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		1 214,71
ASSOCIAÇÃO ADAPT LOCAL-Rede Municípios Adapt.Local Alterações Climáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Empresas locais											0,00
WEMOB - E.M., S.A.	115 483,97	0,00	0,00	646 578,24	358 768,78	0,00	0,00	0,00	0,00		403 293,43
Empresas participadas											0,00
Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A	39 479 441,00	72 331,00	13 619 114,91	30 282 669,00	1 471 485,00	0,00	8 873 843,11	0,00	0,00		45 725 335,98
Cooperativas											0,00
Fundações											0,00
Entidades de outra natureza											0,00
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	0,00	0,00	0,00	38 949,40	31 169,89	0,00	0,00	0,00	0,00		7 779,51
NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local				25 317,09	17 327,90						7 989,19
AGENEAL - Agência Municipal de Energia de Almada	0,00	0,00	0,00	76 135,19	49 252,90	0,00	0,00	0,00	0,00		26 882,29
ARTEMREDE - Projeto de Cooperação Cultural				651 407,02	205 988,87		0,00				445 418,15
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e sustentáveis				6 981 244,14	6 461 773,79	0,00	0,00	0,00	0,00		519 470,35
Associação Turismo de Lisboa	1 345 640,12	143 635,67		28 645 923,20	20 816 359,52	0,00	0,00	0,00	0,00		9 031 568,13
Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada / Setúbal - MADAN PARQUE ^{c)}											0,00
TOTAL	72 724 735,77	11 165 912,39	21 357 023,82	182 043 853,44	134 550 434,87	0,00	14 517 071,79	0,00	0,00	1 545 969,69	71 632 176,65

¹ Para efeitos do apuramento da dívida total não é considerada a dívida que esteja simultaneamente reconhecida na contabilidade do município ou dos municípios detentores.

Notas:

a) contém saldo da conta 27.2.2- credores por acréscimo de gastos (excluído do cálculo da Dívida Total)

b) inclui operações não orçamentais

c) a data não foi recionada qualquer informação

Dívida total - Limite da dívida total

ENTIDADE								
Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023								
ENTIDADES	Receita Corrente Líquida Cobrada				Limite ano N	Dívida Total Ano N	Margem/Excesso	
	Anos			Média			Valor absoluto	%
	Ano N-3 (2022)	Ano N-2 (2021)	Ano N-1(2022)					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = [(2)+(3)+(4))/3	(6) = 1,5 * (5)	(7)	(8) = (7) - (6)	(9) = (8) / (6)
Município	91 055 005,35	106 645 203,15	124 892 501,10	107 530 903,20	161 296 354,80	14 055 653,48		
Serviços Municipalizados	24 521 952,25	24 164 602,82	25 023 004,16	24 569 853,08	36 854 779,62	1 368 538,90		
Serviços Intermunicipalizados						0,00		
Entidades intermunicipais:								
Área Metropolitana						1 633,41		
Comunidade Intermunicipal						0,00		
Entidades associativas municipais:								
Associações de Freguesias						0,00		
Associações de Municípios						325,15		
Empresas locais								
WEMOB - E.M., S.A.						0,00		
Empresas participadas								
Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.						5 637 933,93		
Cooperativas						0,00		
Fundações						0,00		
Entidades de outra natureza						202 517,80		
TOTAL	115 576 957,60	130 809 805,97	149 915 505,26	132 100 756,28	198 151 134,42	21 266 602,66	-176 884 531,76	-89%

Dívida Total a 01/01/2023
Margem Utilizável a 01/01/2023*
Margem Utilizável a 31/12/2023

27 472 606,95
68 271 410,99
74 477 415,28

*Artigo 3º da Lei n.º 29/2023, de 04 de Julho - Margem de endividamento durante 2023

3.6 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Com a entrada em vigor em 2020 para as autarquias, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado de 2019, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, passam a vigorar Normas de Contabilidade Pública (NCP), estabelecendo-se os normativos de consolidação de contas orçamental e financeiro, respetivamente na NCP 26 e NCP 22.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas regulamentada no SNC-AP pela NCP 22, sendo que ao nível das IPSAS a norma com maior relevância é a IPSAS 35 - Consolidated Financial Statements.

Atendendo à FAQ 18 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), os perímetros de consolidação orçamental e financeiro, não têm de ser coincidentes.

A identificação do perímetro de consolidação, tem subjacente a noção de controlo, pois considera-se que são incluídas no perímetro de consolidação as entidades controladas pela autarquia, definindo-se no artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro que : “O grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades”

Ainda, com referência ao artigo mencionado no parágrafo anterior, define-se que o controlo se afere pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente, total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;

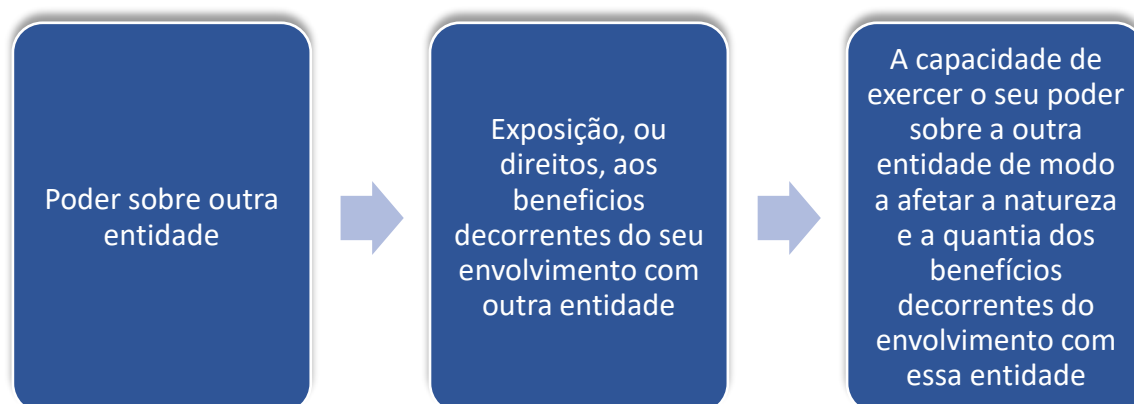
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado, com base, designadamente numa das seguintes condições:
 - De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
 - De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

Considera-se adicionalmente que existe controlo, quando se verifique, relativamente a outra entidade, pelo menos um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado:

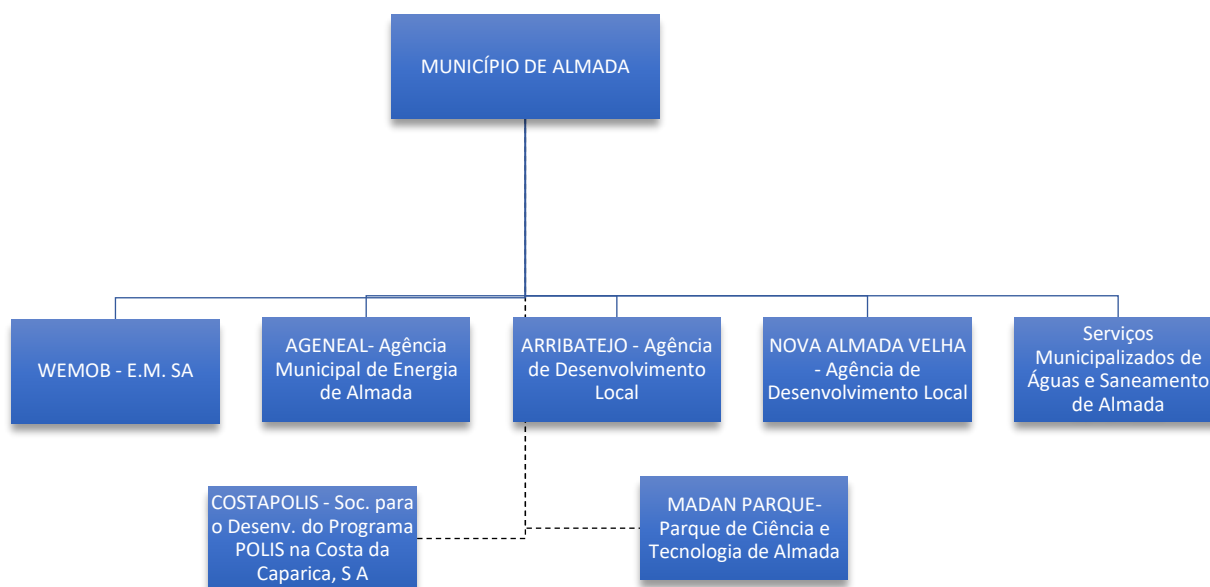
- A faculdade de vetar os orçamentos;
- A possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- A detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes;
- A capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- A assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos da outra entidade.

Refere-se no mesmo artigo que “Devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços municipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.”.

A definição de controlo estabelecida na NCP 22 é mais restritiva e define que existe controlo quando se tem cumulativamente:



Considerando a definição do perímetro de controlo para efeitos de consolidação financeira, conforme preconizado na NCP 22 e Lei 73/2013, de 3 de setembro, o perímetro de consolidação da Câmara Municipal de Almada (**Grupo Municipal**) é, à data, o seguinte:



Nota:

A tracejado encontram-se as entidades que não consolidam, mas que nos termos do normativo em vigor são contabilizadas pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP)

No quadro seguinte apresentam-se as entidades nas quais a Câmara Municipal detém uma participação financeira, evidenciando-se a percentagem de participação e aquelas onde existe uma relação de domínio.

Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	custo
Empresa municipal	WEMOB - E.M. S.A	100,00%	100,00%	Consolidação
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem o controlo	NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	84,75%	84,75%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	61,73%	61,73%	Consolidação
Associação onde o grupo tem o controlo	AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	46,52%	72,57%	Consolidação
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almasciencie	16,67%	16,67	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo
Serviços onde o grupo tem o controlo	SMAS- Serviços Municipalizados de água e Saneamento de Almada	100,00%	100,00%	Consolidação

O grupo autárquico para efeitos de consolidação é o apresentado no quadro seguinte.

Entidade	Entidade incluída na consolidação financeira
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	X
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	X
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	X
WeMob- E.M. S.A.	X
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	X

A consolidação orçamental exclui a empresa Wemob, dado que esta não se encontra reclassificada para efeitos de contabilidade nacional.

São os seguintes os responsáveis pelas demonstrações consolidadas

	Órgão/Cargo	Demonstrações Orçamentais	Demonstrações Financeiras
Apresentação e divulgação	Inês de Medeiros - Presidente da Câmara	X	X
Apreciação	Assembleia Municipal	X	X
Aprovação	Câmara Municipal	X	X
Elaboração	António Adriano de Matos da Silva Almeida - Diretor do Departamento Financeiro	X	X

Em anexo apresenta-se a identificação de cada uma das entidades e responsáveis nominais pela preparação das respetivas demonstrações financeiras e orçamentais.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

As Demonstrações financeiras consolidadas apresentadas correspondem às primeiras Demonstrações financeiras consolidadas preparadas em conformidade com o SNC-AP.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, alterações à posição financeira, a sua performance financeira e os seus fluxos de caixa.

Uma apresentação verdadeira e apropriada requiere que seja feita uma representação fidedigna dos efeitos das transações, de outros eventos, e das condições no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, de acordo com o previsto no SNC-AP.

À data a Câmara Municipal de Almada tem implementadas todas as Normas de Contabilidade Públicas que lhe são aplicáveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

De acordo com o referencial contabilístico, divulga-se informação referente às quantias disponíveis em caixa e depósitos.

Conta	Consolidado	
Caixa	-	51 557,38
Depósitos à ordem	-	48 910 898,23
Depósitos à ordem no Tesouro	23 099 568,56	-
Depósitos à ordem	25 811 329,67	-
Outros depósitos	-	-
Depósitos a prazo	-	-
Depósitos consignados	-	-
Depósitos de garantias e cauções	-	-
Total		48 962 455,61

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade das operações, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação. Por aplicação da opção prevista do manual de implementação do SNC-AP, aprovado pela Comissão de Normalização Contabilística.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Sempre que possível e quando relevante, é apresentada informação comparativa com respeito ao período anterior.

A consistência das demonstrações financeiras consolidadas, procura ser efetuada tanto ao nível dos movimentos contabilísticos e políticas contabilísticas, como também pela apresentação e divulgação.

Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas, os itens de natureza ou função dissemelhante são apresentados separadamente, exceto quando imateriais.

Tanto os ativos e passivos, como os rendimentos e gastos, não são sujeitos a compensação, exceto quando exigível por aplicação de uma NCP.

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a CMA, continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Euro, constituindo esta a moeda funcional de apresentação.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CMA ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, incluem bens do domínio público e privado, utilizados na atividade municipal, prestação de serviços ou no uso administrativo, e são registados ao custo de aquisição, o qual inclui não só o custo de compra, mas também eventuais custos necessários para colocar os ativos operacionais.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com a finalidade pretendida, pelo método das quotas constantes, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com as regras estabelecidas no Classificador Complementar 2, incluído no Plano de Contas Multidimensional do SNC-AP, mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções.

Os ativos titulados pela Wemob, que não está sujeita ao SNC-AP na preparação das suas demonstrações financeiras individuais, não utiliza o Classificador Complementar 2, contudo dado o escasso valor desses ativos e do facto das vidas úteis serem essencialmente idênticas, não se considerou relevante alterar a vida útil dos ativos.

Os terrenos atendendo à sua natureza não são depreciables.

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, são depreciados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil dos mesmos.

O valor residual considerado é nulo, pelo que o valor depreciável, sobre o qual incidem as amortizações, corresponde ao respetivo custo de aquisição. O gasto com depreciações é reconhecido na Demonstração de Resultados, na rubrica de Gastos de Depreciação e Amortização. Os gastos de reparação e manutenção, são considerados como gastos no período em que ocorrem.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um bem (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico), é incluído no resultado do exercício, no ano em que o ativo é desreconhecido.

De acordo com o estabelecido no manual de implementação do SNC-AP, o justo valor dos imóveis do domínio privado é o seu Valor Patrimonial Tributário.

Os bens recebidos no âmbito de operações urbanísticas, quando identificado o seu justo valor, são considerados por esse montante na definição da mensuração inicial, sendo rendimento imputado ao exercício económico em que o bem é recebido.

Incluem-se em Ativos Fixos tangíveis, os bens titulados pelo Grupo Municipal, mas cedidos a terceiros em comodato ou direito de superfície, dado que a autarquia mantém o controlo quanto ao seu uso.

Os bens concessionados a terceiros, como os referentes à rede de iluminação, são considerados ativos fixos tangíveis, por aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os ativos intangíveis com vida útil finita, são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade, sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade. Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual, são revistos no final de cada ano, e os efeitos dessas possíveis alterações são tratados como alterações de estimativas, de forma prospetiva.

A imparidade dos ativos intangíveis, é calculada com os mesmos critérios descritos no ponto anterior, relativamente aos ativos fixos tangíveis. As taxas de amortização têm em conta a depreciação do ativo durante a sua vida útil esperada.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, são bens com duração superior a um ano, que se destinam a obter rendas e ou valorização do capital investido.

Considera-se apenas que um ativo é propriedade de investimento, quando gera fluxos de caixa largamente independentes dos outros ativos detidos pela autarquia.

Os imóveis detidos para arrendamento social, estão reconhecidos como ativos fixos tangíveis, por terem uma função social.

O critério de mensuração inicial e subsequente é idêntico ao dos ativos fixos tangíveis.

Investimentos financeiros

As participações em entidades são reconhecidas inicialmente pelo custo.

As participações onde exista influência dominante ou significativa são reconhecidas posteriormente pelo método da equivalência patrimonial.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

São anualmente calculadas as imparidades referentes às participações e refletido o eventual ajustamento de imparidade no resultado do período.

Não existem participações em entidades registadas pelo justo valor.

Diferimentos

Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de Diferimentos do Passivo e do Ativo, respetivamente.

Clientes, contribuintes e utentes, e outras contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Encontra-se refletido na rubrica de outras contas a receber, os acréscimos de rendimentos que são reconhecimentos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos.

Tem especial relevo na rubrica de outras contas a receber o acréscimo de rendimentos relacionado com a especialização do Imposto Municipal s/Imóveis cuja liquidação ocorre no exercício económico seguinte, mas referente ao imposto do ano corrente.

A imparidade das contas a receber, incluindo clientes, contribuintes e utentes, é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Municipal não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se evidenciados em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e bens destinados a venda no ciclo normal da atividade.

Anualmente são apuradas imparidades para bens cujo valor realizável é inferior ao custo, ou quando o bem não se encontra nas condições esperadas para a sua utilização na prestação de serviços.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo ou custo amortizado. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo, pelo valor nominal recebido e líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui encargos financeiros, e calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A conta inclui também os financiamentos relativos a locações financeiras, os quais estão registados ao custo.

Os contratos de locação financeira são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
- A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância e não da forma do contrato.
- Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo-se no Balanço o ativo adquirido e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.
- Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas, e a valorização das propriedades de investimento ou as amortizações do imobilizado corpóreo, são reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício a que respeitam.
- Os juros de empréstimos destinados ao financiamento de empreitadas são considerados como custo do ativo fixo tangível enquanto decorre a obra, enquanto a mesma decorre dentro do período normal calendarizado.

Fornecedores, Fornecedores de investimentos e outras contas a pagar

Os saldos são incluídos nestas rubricas apenas quando o Grupo Municipal se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo os mesmos mensurados inicialmente pelo justo valor e subsequentemente pelo custo ou custo amortizado.

Encontram-se também refletidos na rubrica de outras contas a pagar saldos referentes a acréscimos de gastos.

Provisões

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma provisão é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que o Grupo Municipal racionalmente pagaria para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um passivo contingente, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras consolidadas ‘desse período.

As provisões constituídas correspondem essencialmente a processos judiciais e apuradas com base em relatório dos advogados do município responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo Municipal.

Foram também apuradas provisões para fazer face a pagamentos futuros de acidentes de trabalho, sendo a estimativa efetuada de acordo com as tábuas de mortalidade.

Outras variações de capitais próprios

Inclui-se nesta rubrica essencialmente o reconhecimento de subsídios ao investimento e das verbas atribuídas como capital pelo Fundo de Equilíbrio Financeiro (apenas após 2020), referentes a investimento já concluído e que são reconhecidos em resultados na medida em que se deprecia o bem para o qual se destinou o apoio.

Rendimentos

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços e dos subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração de Resultados, com referência à data da prestação de serviços e, à data do Balanço, são reconhecidos líquidos de impostos, de descontos e de outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros e ganhos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

O rendimento de impostos e taxas é reconhecido na data em que o direito é adquirido e quando é possível realizar estimativa fiável do mesmo.

Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos funcionários e membros dos órgãos autárquicos, independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os funcionários na sua generalidade, têm direito a férias e subsídio de férias, no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado.

Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte. Este montante foi reconhecido na rubrica Outras Contas a Pagar na sub-rubrica de Remunerações a Liquidar.

Juros e gastos similares

Os gastos com financiamento são reconhecidos na Demonstração de Resultados consolidada do período a que respeitam, e incluem os juros suportados com esses financiamentos, exceto quando o financiamento se destine a obras ainda em curso.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios e transferências obtidas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que venham a ser recebido e de que a autarquia cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos na rubrica outras variações no património líquido. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração e transferências correntes destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço só são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo as demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas informáticos diferenciados do computador.

A depreciação dos ativos intangíveis é realizada pelo método da linha reta.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e quando não definida em análise particular, são aplicadas as seguintes de forma genérica:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxas de depreciação	33,33%	33,33%
Métodos de depreciação	Linha reta	Linha reta

No quadro seguinte resumem-se as variações ocorridas em ativos intangíveis:

		CONSOLIDADO										
Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final		
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais		Diminuições	
	Ativos Intangíveis	658 146,76	292 759,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-279 527,93	0,00	0,00	671 378,44
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	21 059,93	21 449,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-20 415,13	0,00	0,00	22 094,38
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	621 099,34	267 296,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-259 112,80	0,00	0,00	629 282,57
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	15 987,49	4 014,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 001,49
	TOTAL	658 146,76	292 759,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-279 527,93	0,00	0,00	671 378,44

Detalham-se no quadro seguinte as adições e diminuições ocorridas em ativos intangíveis:

Aumentos

Rubrica	Designação	CONSOLIDADO									
		Adições									
		Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis	0,00	292 759,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292 759,61
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	0,00	21 449,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21 449,58
AI4	Programas de computador e sistemas de	0,00	267 296,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267 296,03
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	0,00	4 014,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 014,00
TOTAL		0,00	292 759,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	292 759,61

Diminuições

Rubrica	Designação	CONSOLIDADO				
		Diminuições				
		Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI1	Ativos intangíveis de domínio público, património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI2	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI3	Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI5	Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI6	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AI7	Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

Atualmente o Grupo Municipal tem em vigor as seguintes concessões:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	NIPC	Objeto concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	E-REDES	504394029	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	---

O contrato referido no quadro anterior, teve o seu término em junho de 2022, tendo sido renovado, nos termos da legislação em vigor, enquanto não for adjudicado novo contrato de concessão.

Este contrato confere o direito a recebimentos à CMA e não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou de não atribuição de nova concessão.

Pela aplicação da NCP4 a CMA deve reconhecer como ativos de concessão os equipamentos relativos à E-Redes (antiga EDP).

	2023 - provisório			2022-definitivo
	Soma de Valor Bruto Aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido contabilístico 2023	Soma de Valor Líquido Contabilístico 2022 definitivo
Chegadas Aéreas	5 619 602,79	-5 528 342,00	91 260,79	116 953,07
Chegadas Subterrânea	11 360 548,36	-9 920 489,55	1 440 058,81	116 953,07
Contagens	18 763 362,36	-16 527 881,60	2 235 480,76	1 674 643,35
Iluminação Pública	20 667 356,38	-18 382 793,39	2 284 562,99	1 674 643,35
Postos de Transformação	25 876 269,82	-22 635 074,90	3 241 194,92	2 736 178,38
Redes Aéreas	19 900 746,27	-18 535 262,93	1 365 483,34	8 857,72
Redes Subterrâneas	23 012 662,52	-20 590 291,68	2 422 370,84	4 349,16
Total	125 200 548,50	-112 120 136,05	13 080 412,45	6 332 578,10
Comparticipações líquidas de terceiros			2 771 429,88	5 610 130,20
Custos suportados pela E-Redes descontados de participações de terceiros			10 308 982,57	9 295 940,85

Rubrica	Valor
AFT Líquido inicial	14 883 823,38
SUB LIQUIDO	-4 574 840,81
DIFERIMENTO	10 308 982,57
AFT LIQUIDO 2023	13 080 412,45
SUB LIQUIDO	-3 784 471,60
DIFERIMENTO	9 295 940,85
Rendimento	1 013 041,72

O rendimento diferido corresponde ao montante dos ativos fixos tangíveis líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-Redes e que em caso de resgate da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante. A autarquia não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão após o término do atual.

Nota 5 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do grupo municipal são variados, incluem, entre outros, edifícios municipais do domínio privado e equipamento mobiliário, mas a sua principal componente é relativa às infraestruturas (rede de estradas, rede de saneamento e águas, equipamentos urbanos) e outros bens de domínio público.

Os terrenos onde se encontram implantados os equipamentos estão autonomizados nas respetivas rubricas.

Mensuração de Ativos pelo VPT

No âmbito dos trabalhos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, foi efetuada a avaliação de bens imóveis adquiridos em transações sem contraprestação de acordo com o seu ponto 19, o qual prevê a sua mensuração pelo valor patrimonial tributário.

Inventariação de Bens do Domínio Público

Para efeitos de transição para o SNC-AP, ao abrigo da norma *NCP 5 Ativos Fixos Tangíveis*, cujo ponto 13 prevê que as infraestruturas satisfazem a definição de ativos fixos tangíveis devem ser contabilizadas de acordo com esta norma, foi efetuada a inventariação e avaliação de infraestruturas rodoviárias municipais.

Ativos fixos tangíveis em curso

Consideram-se ativos fixos tangíveis em curso, aqueles que ainda não se encontram disponíveis para uso, pelo que ainda não estão sujeitos a depreciação.

Vidas úteis ou taxas de depreciação

As taxas de depreciação utilizadas, para os bens referentes a infraestruturas afetas à CMA foram determinadas em relatório de empresa externa contratada para o efeito, a quando da sua avaliação pelo justo valor desses bens para efeitos de custo considerado.

O método de depreciação utilizado é o da linha reta, sendo as vidas uteis essencialmente as seguintes:

Tipo de AFT	Taxa média de depreciação
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	5%
Equipamento básico	entre 5% a 20%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	13%
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2% a 25%

As variações ocorridas em ativos fixos tangíveis, resumem-se no seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO						Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Variações no período					
		Adições	Transferências internas à entidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico,	81 510 662,97	786 480,85	6 799 301,55	0,00	-3 580 866,59	0,00	85 515 578,78
Terrenos e recursos naturais	6 035 255,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 035 255,17
Edifícios e outras construções	3 501 261,36	0,00	1 028 060,62	0,00	-276 727,72	0,00	4 252 594,26
Infraestruturas	70 244 071,87	39 740,02	5 915 718,93	0,00	-3 303 128,23	0,00	72 896 402,59
Património histórico, artístico e cultural	1 147 279,17	248,73	59 237,23	0,00	-1 010,64	0,00	1 205 754,49
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	582 795,40	746 492,10	-203 715,23	0,00	0,00	0,00	1 125 572,27
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	14 883 823,39	26 447,50	0,00	0,00	-1 829 858,44	0,00	13 080 412,45
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	14 883 823,39	26 447,50	0,00	0,00	-1 829 858,44	0,00	13 080 412,45
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	414 038 157,48	24 713 495,04	-6 799 301,55	0,00	-13 956 876,46	-205 445,95	417 790 028,56
Terrenos e recursos naturais	180 672 521,98	-15 526,80	0,00	0,00	0,00	0,00	180 656 995,18
Edifícios e outras construções	195 147 763,51	6 817 350,86	4 845 101,52	0,00	-9 989 896,02	0,00	196 820 319,87
Equipamento básico	9 558 702,85	2 068 946,06	41 558,83	0,00	-1 743 935,76	-156 872,39	9 768 399,59
Equipamento de transporte	4 748 660,27	521 279,43	0,00	0,00	-915 923,84	-11 598,45	4 342 417,41
Equipamento administrativo	1 399 023,99	1 043 122,51	0,00	0,00	-698 667,44	-3 796,04	1 739 683,02
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	-471 365,07	0,00	-471 365,07
Outros	2 197 091,30	278 845,38	0,00	0,00	-137 088,33	-585,95	2 338 262,40
Ativos fixos tangíveis em curso	20 314 393,58	13 999 477,60	-11 685 961,90	0,00	0,00	-32 593,12	22 595 316,16
TOTAL	510 432 643,84	25 526 423,39	0,00	0,00	-19 367 601,49	-166 526,55	516 386 019,79

A desagregação das adições e diminuições resumem-se nos quadros seguintes:

Aumentos

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO										
	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico,	0,00	786 480,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	786 480,85
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	39 740,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39 740,02
Património histórico, artístico e cultural	0,00	248,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248,73
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	746 492,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	746 492,10
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	26 447,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 447,50
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	26 447,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 447,50
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	24 303 483,20	0,00	0,00	0,00	12 500,00	0,00	0,00	0,00	134 803,61	24 450 786,81
Terrenos e recursos naturais	0,00	-28 026,80	0,00	0,00	0,00	12 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15 526,80
Edifícios e outras construções	0,00	6 682 547,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134 803,61	6 817 350,86
Equipamento básico	0,00	2 068 946,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 068 946,06
Equipamento de transporte	0,00	521 279,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	521 279,43
Equipamento administrativo	0,00	1 043 122,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 043 122,51
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	278 845,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	278 845,18
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	13 999 477,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 999 477,80
TOTAL	0,00	25 379 119,78	0,00	0,00	0,00	12 500,00	0,00	0,00	0,00	134 803,61	25 526 423,39

Diminuições

Ativos Fixos Tangíveis	CONSOLIDADO					
	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	205 445,95	205 445,95
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	156 872,39	156 872,39
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	11 598,45	11 598,45
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	3 796,04	3 796,04
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	585,95	585,95
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	32 593,12	32 593,12
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	205 445,95	205 445,95

Por constrangimentos técnicos no seu lançamento, os valores correspondentes às diminuições encontram-se completamente refletidos na coluna de “Outras” independentemente da sua origem.

Nota 6 - Locações

Apresenta-se no quadro seguinte a informação agregada dos contratos de locação, comunicados pelas entidades do Grupo Municipal e considerados relevantes.

A desagregação dos contratos de locação acima mencionados apresenta-se no mapa seguinte:

6.1 Locações Operacionais - Locatário

Divulgam-se em seguida os principais contratos de locação operacional onde a autarquia é locatária.

Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2023	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Capitão Leitão nº 6 - 1º esq., Almada Comoditado à delegação de Almada da Ordem dos Advogados	01/11/1972	31/12/2023	Abilio Carlos D'Ascensão Diniz Silva	181767040	613	543,00	332 859,00	6 516,00	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Praceta Drª Adelaide Coutinho, nº 8A cave Dtª - Almada Armazém Arquivo Histórico	01/10/2008	31/12/2023	Ana Rita Correia Mendes Lopes	227996917	182	600,00	109 200,00	7 200,00	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Marcos Assunção, nº 38, Praagal Atendimento da Divisão de Habitação	01/06/2017	31/12/2023	António Carlos Pinto Gonçalves	147061431	78	650,00	50 700,00	7 800,00	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-D, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/11/1975	31/12/2023	Artur Alberto Ribeiro Quaresma	154489360	577	121,85	70 307,45	1 462,20	Serviços
134201820: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Catarina Eufémia, Nº 9 - 3º Frt. Almada Habitação Social	01/12/2015	01/03/2020	Bruno Miguel Páscos Rodrigues	221315624	51	267,97	13 666,47	0,00	Habitação Social
134201828: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Mouzinho de Albuquerque, Nº 4 - 4º Dtª Almada Habitação Social	01/08/2016	31/07/2024	Diogo Luis Cruz Gonçalves	255786166	95	444,93	42 268,35	5 339,16	Habitação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-E, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	28/01/1975	31/12/2023	Estela Madeira - Cabeça de Casal da Herraça de Maria Ester Alves Madeira	743625161	587	675,81	396 697,54	8 109,66	Serviços
134201833: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Carvalho Freiria, Nº 62 - 2º Esq. Almada Habitação Social	01/08/2016	31/07/2021	Graca Cristina Mota Rodrigues e Sofia Margarida Mota Rodrigues	143801635 208937692	59	359,80	21 228,20	0,00	Habitação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Pedro Nunes, 40-H, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/06/2008	31/12/2023	Joaquim Amílcar Valente Pereira	181862905	186	1 750,00	325 500,00	21 000,00	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-G, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	05/01/1975	31/12/2023	José António Pinto Madeira e outros	114995664	587	849,66	498 750,42	10 195,92	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional 15 escritórios (frações autónomas) sitas no piso 3 do Almada Business Center, Rua Marcos Assunção n.º 4 Departamento Comunicação / DSIH	01/07/2016	30/06/2026	JUTICALPA - Soluções Imobiliárias SA	514634685	119	6 671,94	793 960,86	6 671,94	Serviços
134201931: Contrato de arrendamento não habitacional 10 escritórios (frações autónomas) sitas no piso 2 do Almada Business Center, Rua Marcos Assunção n.º 4 Departamento Comunicação / DSIH	20/12/2019	19/07/2022	JUTICALPA - Soluções Imobiliárias SA	514634685	30	13 028,77	390 863,10	13 028,77	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 40-C, 40-D e 40-E, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	07/11/1979	31/12/2023	Maria Lucinda Brites Sombirinha Moreira	114024359	529	1 748,65	925 035,85	20 983,80	Serviços
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Professor Egas Moniz nº 38-C, Cova da Piedade Departamento de Recursos Humanos	01/02/1975	31/12/2023	Maria Luísa de Jesus Santos Figueiredo	145180204	586	611,16	358 139,76	7 333,92	Serviços
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL - RUA DA ALEGRIA, Nº9 - 3º Dtª, LARANJEIRO AP30	01/01/2022	31/07/2022	LISBURN INVESTMENTS, LDA	505949598	6	293,25	1 759,50	0,00	Habitação Social
	01/08/2022	31/07/2023			11	294,51	3 239,61	1 767,06	
134201835: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Carolina Michaelis, Nº 6 - 1º B Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	30/11/2021	Mikadian, Lda.	508904773	59	482,77	28 483,43	0,00	Habitação Social
134201840: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta do Cristo Rei, Nº 10 - 1º Dtª Almada Habitação Social	01/12/2016	30/11/2021	Mikadian, Lda.	508904773	59	406,54	23 985,86	0,00	Habitação Social
1342018: Contrato de Arrendamento Habitacional Travessa Ernesto Veiga de Oliveira, Nº 3 - 3º Dtª. Caparica Habitação Social	01/08/2015	01/08/2020	Mikadian, Lda.	508904773	60	445,00	26 700,00	0,00	Habitação Social
134201817: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua União Piedense, Nº 98 - 3º Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	01/08/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	60	485,38	29 122,80	0,00	Habitação Social
134201832: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Duarte Melo, Nº 14 C/V Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	50,5	303,36	15 319,68	0,00	Habitação Social
134201836: Contrato de Arrendamento Habitacional Alameda Guerra Junqueiro, Nº 32 - 10º Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	28/09/2022	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	69	303,36	20 931,84	0,00	Habitação Social
134201838: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Fernão Lourenço, Nº 3 - 1º Dtª Almada Habitação Social	01/12/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	46,5	262,91	12 225,32	0,00	Habitação Social
134201839: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta Bento Moura, Nº 2 - 8º D Laranjeiro Habitação Social	01/12/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	46,5	238,75	15 751,88	0,00	Habitação Social
Contrato de arrendamento habitacional Rua da Bela Vista, n.º 92, 5º F., Caparica Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	293,25	18 328,13	0,00	Habitação Social
134201810: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua das Flores, Nº 7 - 3º Dtª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	404,48	25 280,00	0,00	Habitação Social
134201819: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Bartolomeu Dias, Bloco G-I - R/C G Caparica Habitação Social	01/12/2015	01/12/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	60	247,74	14 864,40	0,00	Habitação Social
134201823: Contrato de Arrendamento Habitacional Av. D. Nuno Álvares Pereira, Nº 32 - 3º Almada Habitação Social	01/12/2015	01/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	58	399,42	23 166,36	0,00	Habitação Social
134201824: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Ilha do Príncipe, nº 3 - C/V Esq. Almada Habitação Social	01/12/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	58,5	379,20	22 183,20	0,00	Habitação Social
134201825: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua dos 3 Vales, Nº 32 - 7º B Caparica Habitação Social	01/03/2016	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	55,5	369,09	20 484,50	0,00	Habitação Social
13420183: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Gil Eanes, Bloco G-IV, Nº 25 - 2º G Caparica Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	353,92	22 120,00	0,00	Habitação Social
13420185: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Vila do Seixal, Nº 32 - 3º Dtª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	449,98	28 123,75	0,00	Habitação Social
13420189: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua da Boa Nova, Nº 3 - 3º Dtª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	15/10/2020	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	62,5	328,64	20 540,00	0,00	Habitação Social
Contrato de arrendamento não habitacional R. D. José de Mascarenhas nº 35, 1.º andar Dt.º e Esq.º, Almada Contact Center e Gabinete de Vereação da Oposição	01/07/2006	31/12/2023	Ricardo Alexandre da Silva Martins Diogo	164064095	209	682,79	142 702,94	8 193,47	Serviços
134201828: Contrato de Arrendamento Habitacional Praceta Barbosa Bucage, Nº 1 - 5º Dtª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2016	31/07/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	59	283,14	16 705,26	0,00	Habitação Social
134201834: Contrato de Arrendamento Habitacional com FIAH - Cidades de Portugal Rua da Liberdade, Nº 12 - 1º Dtª Trafaria	01/08/2016	30/11/2020	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	51	288,19	14 697,69	0,00	Habitação Social
134201841: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua S. Lourenço Nascente, nº 20 - 7º A Caparica Habitação Social	01/12/2016	30/11/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	59	283,14	16 705,26	0,00	Habitação Social
134201811: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua da Alegria, Nº 9 - 3º Dtª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	01/08/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	72	293,25	21 114,00	0,00	Habitação Social
134201815: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Tróvão da Cunha, Nº 19 - C/V Dtª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	23/04/2021	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	68	278,08	18 909,44	0,00	Habitação Social
134201827: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Adriano Correia de Oliveira, Nº 37 - R/C Esq. Laranjeiro Habitação Social	01/08/2016	15/12/2020	Servdebt, SA (Percentagem Preferencial)	514650605	52,5	480,32	25 216,80	0,00	Habitação Social
Rua Sebastião Lopes, Nº 1 - 2º C Laranjeiro	01/08/2015	01/12/2019	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	52	252,80	13 145,60	0,00	Habitação Social
Rua Amadeu de Sousa Cardoso, Nº 5 - R/C H Laranjeiro	01/12/2015	01/12/2019	RAM (Percentagem Preferencial, S.A.)	514650605	48	308,42	14 804,16	0,00	Habitação Social
13420186: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Vila do Seixal, Nº 15 - 2º Dtª Laranjeiro Habitação Social	01/08/2015	01/02/2020	SRRG - Unipessoal Lda.	514650605	54	348,86	18 838,44	0,00	Habitação Social
134201821: Contrato de Arrendamento Habitacional Rua Alameda Guerra Junqueiro, Nº 32 - 7º Dtª Tras. Laranjeiro Habitação Social	01/12/2015	01/10/2020	Sunset Party, Lda.	514114576	58	267,97	15 542,26	0,00	Habitação Social
Total							5 020 169,08	125 601,90	

Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal)	Valor total	Valor 2023	Observações
ZTRE-02645 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELAS LETRAS FF DESTINADA A HABITAÇÃO SEGUNDO ANDAR LETRA A - HABITAÇÃO - COM ENTRADA PELO Nº 24, SITA NA RUA DA BANDEIRA, NºS 22, A E 24, FREGUESIA DO BARREIRO	01/09/2022	29/02/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	657,52	11 835,33	7 890,22	Habitação Social
ZTRE-03306 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELAS LETRAS "AO" DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO NONO ANDAR C, SITA NA QUINTADA VAREJEIRA, MIRATEJO, RUA ECA DE QUEIROZ, Nº4, FREGUESIA DE CORROIOS	01/09/2022	29/02/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	647,40	11 653,26	7 768,84	Habitação Social
ZTRE-02846 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELAS LETRAS AB DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO QUINTO ANDAR A, SITA NA RUA ANTÓNIO BANDEIRA, Nº 8, FREGUESIA DO ARRENTELA	01/09/2022	29/02/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	637,29	11 471,16	7 647,44	Habitação Social
ZTRE-04887 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA "D" DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR ESQUERDO, SITA NO VALE FETAL - LOTE 11, RUA MATEUS FERNANDES, NºS 8 E 8-A, FREGUESIA DE CHARNECA DA CAPARICA, CONCELHO DE ALMADA	01/09/2022	29/02/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	659,54	11 871,75	7 914,50	Habitação Social
ZTRE-02966 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR ESQUERDO, SITA NA QUINTA DAS INGLÊSINHAS, CRUZ DE PAU, RUA DE BISSAU, NºS 21, 21-A E 21-B, FREGUESIA DE AMORA	01/09/2022	29/02/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	708,10	12 745,74	8 497,16	Habitação Social
ZTRE-01296 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO QUARTO ANDAR DIREITO, SITA NA QUINTA DOS EUCALÍPTOS, LOTE 27, RUA BENTO DE JESUS CARAÇA, Nº 36, FREGUESIA DE LARANJEIRO, CONCELHO DE ALMADA	01/09/2022	29/02/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	859,83	15 476,97	10 317,98	Habitação Social
ZTRE-02288 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR LETRA A, SITA NA RUA ARMANDO DE ALMEIDA, NºS 14, 14-A, 14-B, 16 E 16-A, FREGUESIA DE VERDERENA, CONCELHO DO BARREIRO	01/09/2022	29/02/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	778,91	14 020,32	9 346,88	Habitação Social
ZTRE-01383 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR DIREITO-HABITAÇÃO, SITO NA RUA FERRER TRINDADE, Nº 5, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	01/10/2022	31/03/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	859,83	15 476,97	10 317,98	Habitação Social
ZTRE-01392 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR DIREITO, BLOCO 2 EDIFÍCIO 4-COM ENTRADA PELA RUA JOÃO DOMINGOS BOMTEMPO, Nº4 - DESTINADO A HABITAÇÃO E ARRECADACÃO NA CAVE COM O Nº A-8 E UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO NA CAVE COM O Nº E-72, SITO NA RUA JOLY BRAGA SANTOS NºS 27, 29, 31, 33, 35, 37, E 39, RUA JORGE PEIXINHO NºS 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37 E 39, RUA JOÃO DOMINGOS BOMTEMPO NºS 6,8 E 10, RUA JOSÉ VIANNA DA MOTA NºS 20, 22 E 24, FREGUESIA DE ALHOS VEDROS, CONCELHO DA MOITA	01/10/2022	31/03/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	697,98	12 563,67	8 375,78	Habitação Social
ZTRE-02626 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA J DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO QUARTO ANDAR ESQUERDO-HABITAÇÃO, SITO NA AV. D. AFOONSO HENRIQUES NºS4 E 54 A, FREGUESIA DE VERDERENA, CONCELHO DO BARREIRO	01/10/2022	31/03/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	606,94	10 924,92	7 283,28	Habitação Social
ZTRE-02655 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA L DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR ESQUERDO, SITO NA QUINTA DA MEDIEIRA, NºS 12 E 12-A, FREGUESIA DE AMORA, CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	31/03/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	637,29	11 471,16	7 647,44	Habitação Social
ZTRE-02701 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO QUINTO ANDAR D, SITO NA RUA DA DEUSIDIEIRA, LOTE 32, RUA VIVONE SILVA, Nº3, FREGUESIA DE AMORA, CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	31/03/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	657,52	11 835,33	7 890,22	Habitação Social
ZTRE-04079 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEXTO ANDAR LETRA A, SITO NA PRACETA GREGÓRIO CRISPIM OLIVEIRA, Nº7, FREGUESIA DE ARRENTELA, CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	31/03/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	708,10	12 745,74	8 497,16	Habitação Social
ZTRE-00946 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO TERCEIRO ANDAR ESQUERDO, COM ARRECADACÃO LETRA J NO SOTÃO PARQUEAMENTO Nº 5 NA CAVE, SITO NA RUA BLANC DE PORTUGAL, NºS 7 E 7-A, FREGUESIA DE CHARNECA DE CAPARICA, CONCELHO DO ALMADA	10/10/2022	10/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	1	1 082,38	19 482,78	12 988,52	Habitação Social
ZTRE-01393 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA "BU" DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR DIREITO-BLOCO 2 EDIFÍCIO 5- COM ENTRADA PELA RUA JOSÉ VIANNA DA MOTA, Nº24 - ARRECADACÃO NA CAVE COM O Nº A-5 E UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO NA CAVE COM O Nº E-65, SITO NA RUA JOLY BRAGA SANTOS NºS 27,29,31, 33, 35, 37 E 39, RUA JORGE PEIXINHO NºS 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37 E 39, RUA JOÃO DOMINGOS BOMTEMPO NºS 6,8 E 10, RUA JOSÉ VIANNA DA MOTA NºS 20,22 E 24, FREGUESIA DE ALHOS VEDROS, CONCELHO DA MOITA	10/10/2022	10/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	758,68	13 656,15	9 104,10	Habitação Social
ZTRE-02085 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA BU DESTINADA A HABITAÇÃO, CORRESPONDENTE AO QUINTO ANDAR 503 E ARRECADACÃO NO MESMO PISO - HABITAÇÃO- ENTRADA Nº22, SITO NA AVENIDA DO MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, NºS 22, 22-A, 22-B, 22-C, 22-D, 22-E, 22-F, 22-G, 22-H, 22-I, 22-J, 22-K, 22-L, 22-M, 22-N, 22-O, 22-P, 22-Q, 22-R, 22-S, 22-T, 22-U, 22-V, 22-W, 22-X, 22-Y, 22-Z, 22-AA, 22-AB, 22-AC, 22-AD, 22-AE, 22-AF E 24-G, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	10/10/2022	10/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	738,44	13 291,98	8 861,32	Habitação Social
ZTRE-01413 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO SITO NA RUA JOÃO DOMINGOS BOMTEMPO, Nº10, 2º DIREITO, FREGUESIA DE ALHOS VEDROS, CONCELHO DA MOITA	18/10/2022	18/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	809,25	14 566,56	9 711,04	Habitação Social
ZTRE-01366 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR DIREITO, SITO NA RUA FERRER TRINDADE, Nº3 2º DIREITO, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	18/10/2022	18/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	768,79	13 838,22	9 235,48	Habitação Social
ZTRE-01382 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEGUNDO ANDAR ESQUERDO, SITO NA RUA FERRER TRINDADE, NºS 2º ESQUERDO, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	18/10/2022	18/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	849,72	15 294,90	10 196,60	Habitação Social
ZTRE-03172 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR FRENTE, SITO NA JOÃO MARTINS BANDEIRA, Nº1 1º FRENTE, FREGUESIA DE ARRENTELA, CONCELHO DO SEIXAL	22/10/2022	22/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	728,33	13 109,91	8 739,94	Habitação Social
ZTRE-04352 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO R/CHÃO ESQUERDO, SITO NA RUA JOÃO MARTINS BANDEIRA, Nº19 E PRACETA GUILHERME BATISTA ROCHA, NºS 7 E 7-A FREGUESIA DE ARRENTELA, CONCELHO DO SEIXAL	22/10/2022	22/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	667,63	12 017,40	8 011,60	Habitação Social
ZTRE-03033 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE IMÓVEL SITO NA RUA JORGE PEIXINHO, Nº19 1º ESQUERDO, FREGUESIA DE ALHOS VEDROS, CONCELHO DA MOITA	22/10/2022	22/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	728,33	13 109,91	8 739,94	Habitação Social
ZTRE-01384 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR FRENTE, SITO NA RUA FERRER TRINDADE, Nº3, FREGUESIA DE ALTO DO SEIXALINHO, CONCELHO DO BARREIRO	01/11/2022	30/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	708,10	12 745,74	8 497,16	Habitação Social
ZTRE-04047 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO SEXTO ANDAR B, SITO NA TRAVESSA DAVID LOPES, Nº4 6º ANDAR, FREGUESIA DA AMORA, CONCELHO DA SEIXAL	25/10/2022	24/04/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	687,87	12 381,57	8 254,38	Habitação Social
ZTRE-02106 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA JOAQUIM PENEIRO, Nº10 R/C DRT, AMORA	01/12/2022	31/05/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	657,52	11 835,33	7 890,22	Habitação Social
ZTRE-03998 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA AVENIDA CARLOS DE OLIVEIRA, Nº80 1ºESQ, ARRENTELA	01/12/2022	31/05/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	728,33	13 109,91	8 739,94	Habitação Social
ZTRE-04006 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº4 6ºC, CORROIOS	01/12/2022	31/05/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	667,63	12 017,40	8 011,60	Habitação Social
ZTRE-04416 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA DR. EGAS MONIZ, Nº 27 R/C ESQ, MOITA	01/12/2022	31/05/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	687,87	12 381,57	8 254,38	Habitação Social
ZTRE-03174 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº4 7ªA, CORROIOS	01/12/2022	31/05/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	708,10	12 745,74	8 497,16	Habitação Social
ZTRE-01378 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA FERRER TRINDADE, NºS 1ºF, BARREIRO	01/12/2022	31/05/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	809,25	14 566,56	9 711,04	Habitação Social
ZTRE-01490 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA JOÃO MARTINS BANDEIRA-QUINTA DA BOA HORA, Nº 30 4º ESQ, TRASEIRAS, ARRENTELA, SEIXAL	12/12/2022	11/06/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	708,10	12 745,74	8 497,16	Habitação Social
ZTRE-03003 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA FRANCISCO CASAL, Nº3 1ºESQ, VERDERENA, BARREIRO	12/12/2022	11/06/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	566,48	10 196,58	6 797,72	Habitação Social
ZTRE-03021 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº1-C, 3-B E 5-A 4ºESQ-CORPO CENTRAL DOIS- COM ENTRADA PELA ESCADA B, CORROIOS, SEIXAL	12/12/2022	11/06/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	799,14	14 384,49	9 589,66	Habitação Social
ZTRE-03878 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA BRITO CAMACHO, LOTE 3483 3ºESQ, QUINTA DO CONDE - SESIMBRA	12/12/2022	11/06/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	708,10	12 745,74	8 497,16	Habitação Social
ZTRE-01671 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA AVENIDA DR. ARESTA BRANCO, Nº7 R/C, COSTA DE CAPARICA	15/12/2022	15/06/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	859,83	15 476,97	10 317,98	Habitação Social
ZTRE-02313 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA EMÍLIO GUILHERME GARCIA MENDES, Nº39 R/C C, AMORA	01/02/2023	31/07/2024	ZIP REOCO RESI PORTFOLIO, SICAFI, S.A.	515793140	18	926,24	16 672,25	11 114,83	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA E ESTACIONAMENTO COBERTO CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA FERNANDO GUSMÃO, Nº4 A, 3 E 3B, - 2ºC FREGUESIA DE SANTA CLARA, CONCELHO DE LISBOA	01/10/2022	31/03/2024	LEDYMILA PINTO DA CONCEIÇÃO CASTRO	258932783	18	900,00	16 200,00	10 800,00	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO RES-DO-CHÃO ESQUERDO, SITO NA PRACA JOÃO JURADO, NºS R/C ESQ., FREGUESIA DE VILA NOVA DE CAPARICA, CONCELHO DE ALMADA	01/10/2022	31/03/2024	LUIS MANUEL MARTINS FERNANDES	215343930	18	900,00	16 200,00	10 800,00	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO SITO NA QUEIMADA, AV. DR. ARLINDO VICENTE, NºS 13 E 15, FREGUESIA DE ARRENTELA, CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	31/03/2024	PAULO FERNANDES SERRA	1970999149	18	500,00	9 000,00	6 000,00	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO SITO NA TRAVESSA DAVID LOPES, NºS 13 E 15, FREGUESIA DE ARRENTELA, CONCELHO DO SEIXAL	01/10/2022	31/03/2024	Cristina Maria Mendes Faria Serra	192252739	18	500,00	9 000,00	6 000,00	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL PRIMEIRO ANDAR DIREITO, SITO RUA DUARTE PACHECO PEREIRA, Nº11, 2855-044 COSTA DE CAPARICA, CONCELHO DE ALMADA	01/10/2022	31/03/2024	JACINTO AUGUSTO PEREIRA- CABELA DE CASAL DA HERANÇA	700911677	18	1 000,00	18 000,00	12 000,00	Habitação Social
CONTRATO DE CÉDENCIA DE ESPAÇO TIMEX PARK FRAÇÃO 1F, MÓDULOS 02 E 03, COM 32702 RUA QUINTA DOS MEDRINHOS, Nº20 SOBREDA	01/10/2022	31/03/2023	INORM-PRODUÇÃO DE PUBLICIDADE, LDA	508774217	5	1 780,00	8 900,00	1 780,00	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA "AL" QUE CORRESPONDE AO QUINTO ANDAR D, SITO NA RUA BERNARDO SANTARENO, Nº 31 E 31 E C RUA JOSÉ CARLOS ARY DOS SANTOS, Nº4 A 4º, FREGUESIA DE CORROIO, CONCELHO DO SEIXAL	01/09/2022	28/02/2024	Florinda Marques	148686508	18	550,00	9 900,00	6 600,00	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA MANUEL PARADA, Nº 2, 2ºDRT, ALMADA	11/11/2022	11/05/2024	MARA CORREIA MORENO	219052280	18	1 100,00	19 800,00	13 200,00	Habitação Social
CONTRATO DE ARRENDAMENTO HABITACIONAL - FRAÇÃO AUTÓNOMA DESIGNADA PELA LETRA L, CORRESPONDENTE AO IMÓVEL SITO NA RUA AVENIDA NUNO ALVES PAREIRA, Nº18 2ºESQ, ALMADA	01/12/2022	31/05/2024	CAROLINA SOFIA DIAS DUARTE	202507572	18	800,00	14 400,00	9 600,00	Habitação Social
						Total	597 865,72 €	394 423,81 €	

6.2 Locações Operacionais - Locador

Descrição	Início	Fim	Entidade	NIF	Prazo (meses)	Valor da renda (mensal atual)	Valor total	Valor Recebido 2023	Observações
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Quinta de Santo António, Bloco 6, R/c Esq., Laranjeiro Minimercado	01/10/1975	31/12/2023	Maria Isabel Cortes Mariano Dias	170306283	578	59,42	34 344,76	702,51	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel José Gomes, Nº 14, Cova da Piedade Restaurante	25/09/2000	31/12/2023	Manuel Virgílio Costa Pereira	221265675	279	4,38	1 222,02	49,04	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Bairro Social da Trafaria- Bloco 2-Cave, Trafaria Minimercado	01/09/1972	31/12/2023	Manuel Bernardo	106753061	615	94,25	57 963,75	1 114,35	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Latino Coelho, Nº 1, R/c, Almada Restaurante	06/11/1992	31/12/2023	António Augusto dos Santos Boinhas	148392407	373	111,74	41 679,02	1 249,78	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua Manuel Febrero, N.º 114, Mutela, Cova da Piedade Oficina	01/10/2016	31/12/2023	Mecânica Piedense Lda	500189145	86	259,17	22 288,62	3 064,32	Serviços
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R1	15/06/2010	15/06/2025	Coisas de Água, Lda.	509434290	180	784,68	141 242,40	9 339,21	Comércio
Contrato de Arrendamento não habitacional Jardim Urbano da Costa na Costa de Caparica Restaurante R2	20/12/2013	20/12/2025	Ivo Carlos Rodrigues Ganchinho Pereira	234441925	144	839,13	120 834,72	9 385,38	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua da Cerca, Almada Cafeteria Casa da Cerca	12/05/2014	31/12/2022	Sofia e Susana Madeira - Casa de Chá Lda	509183972	103	363,66	37 456,98	4 335,40	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Rua da Cerca, Almada Cafeteria Casa da Cerca	01/05/2021	31/03/2036	Sofia Madeira - Food & Drinks, Unipessoal, Lda.	513930965	178	317,56	56 525,68	3 792,03	
Contrato de arrendamento não habitacional, Fórum Romeu Correia	01/04/2016	14/03/2023	Virgulas Gratuitas, Lda.	513742263	83	815,49	67 685,67	2 446,47	
Contrato de arrendamento não habitacional Avenida D.Nuno Álvares Pereira, N.º 74 A,B,C,D Gabinete de Apoio à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	09/02/2021	31/12/2022	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	502547952	22	5,12	112,64	61,14	Comércio
Contrato de arrendamento não habitacional Av. 25 de Abril, N.º 16 - 1.º Esq., Cacilhas Residência de Suporte à Autonomia	20/05/2020	31/12/2023	GIRA - Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa	503532150	43	5,12	220,16	60,94	Serviços de Ação Social
Contrato de arrendamento não habitacional Av.º D João I, N.º 35, R/c, Almada (RE)AGE em Rede - CLDS-4G	06/08/2020	06/08/2023	Santa Casa da Misericórdia de Almada	501111859	36	4,41	158,76	53,37	Serviços de Ação Social
Total						3 664,13	581 735,18	35 653,94	

6.3 Locações financeiras

Locações Financeiras	Corrente	Não Corrente	Total
Locação financeira (Wemob)	26 939,50	115 483,97	142 423,47
Locação financeira (CMA)	288 219,21		288 219,21
Total	315 158,71	115 483,97	430 642,68

Detêm contratos de locação financeira a médio prazo, as seguintes entidades:

- WEMOB - 2 minibus, um reboque e um ligeiro elétrico, com um total de valor líquido contabilístico de 164.981,55 euros
- CMA - Essencialmente com viaturas pesadas conforme se detalha no quadro abaixo

Identificação do contrato		LOCADOR		Início da locação	Investimento bruto na locação	Condições			Pagamentos da locação									Passivo remanescente	
						Prazo (meses)	Rendas		Encargos financeiros						Redução do passivo pendente				
		Identificacao do Bem	Nr Contrato				Designação	NIPC	N.º	Periodicidade	Juros contratuais			Outros encargos			Até N	Em N	Previstos após N
Até N	Em N			Previstos após N	Até N	Em N					Previstos após N								
4 viaturas ligeiras de mercadoria, cabine dupla, com 3500 kg e plataforma elevatória	218538	Santander Totta	500844321	01/02/2018	158 590,00	60	20+VR	Trimestral	4 837,58	9,81					155 428,01	3 161,99	0,00	3 161,99	0,00
2 viaturas pesadas de mercadorias de 10 ton	218781	Santander Totta	500844321	01/07/2019	179 800,00	60	20+VR	Trimestral	4 968,03	1 170,40	500,49				122 307,51	35 693,40	21 799,09	57 492,49	21 799,09
2 viaturas pesadas de mercadorias de 10 ton	221088	Santander Totta	500844321	01/09/2019	233 000,00	60	20+VR	Trimestral	5 165,27	1 551,82	621,99				158 737,31	46 089,60	28 173,09	74 262,69	28 173,09
7 viaturas pesadas mercadorias de 7 toneladas e plataforma elevatória	219651	Santander Totta	500844321	15/06/2019	339 990,00	60	20+VR	Trimestral	7 503,36	1 713,98	370,25				248 536,23	67 522,38	23 931,39	91 453,77	23 931,39
1 viaturas pesadas RSU de 10/13 m3 e 16/19t	1915268	Bankinter	980547490	15/07/2019	109 800,00	60	20+VR	Trimestral	1 260,43	506,78	259,35				75 049,69	21 597,49	13 152,82	34 750,31	13 152,82
2 viaturas pesadas RSU de 17/20 m3 e 26t	1915269	Bankinter	980547490	15/10/2019	303 900,00	60	20+VR	Trimestral	3 113,30	2 429,18	1 344,23				192 875,60	59 379,50	51 644,90	111 024,40	51 644,90
5 viaturas pesadas RSU de 17/20 m3 e 26t com grua	1915271	Bankinter	980547490	15/11/2019	878 375,00	60	20+VR	Trimestral	8 998,49	8 043,04	3 900,25				557 476,52	171 380,56	149 517,92	320 898,48	149 517,92
1 minibus	400128580	Millennium BCP	501525882	01/03/2020	69 838,31	48	48	Mensal	1 583,42	474,13	19,11	543,76	175,47	10,56	47 632,28	17 185,75	2 934,64	20 117,20	2 934,64
reboque	244845	Santander Totta	500844321	15/04/2023	48 819,38	84	84	Mensal							4 522,87	43 124,39	0,00	43 124,39	
1 viatura ligeira elétrica	147188	Caixa Geral de Depósitos	500960046	21/07/2023	31 611,29	60	60	Mensal		631,73	0,00	145,30			2 767,02	28 224,44	0,00	28 224,44	
1 minibus	100149059	Caixa Geral de Depósitos	500960046	20/01/2024	69 502,80	60	60	Mensal		0,00	7 619,20			17 424,84				68 140,00	
TOTAL					2 423 226,78				37 429,88	16 530,87	14 634,87	689,06	175,47	17 435,40	1 558 043,15	429 300,56	362 502,68	713 161,33	430 642,68

Nota 7 - Custo dos empréstimos obtidos

Os financiamentos do grupo municipal compreendem locações financeiras e empréstimos.

Financiamentos	Corrente	Não Corrente	Total
Locações financeiras (nota 6)	315 158,71	115 483,97	430 642,68
Empréstimos bancários (CMA)	2 098 481,14	9 509 832,91	11 608 314,05
Conta corrente caucionada	1 000,00		
Total	2 414 639,85	9 625 316,88	12 038 956,73

Detalha-se no quadro seguinte os empréstimos por tipologia

	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários (comerciais)	1 858 336,96	8 204 008,28	10 062 345,24
Empréstimos bancários bonificados	240 144,18	1 305 824,63	1 545 968,81
Total	2 098 481,14	9 509 832,91	11 608 314,05

Nos quadros seguintes detalham-se os empréstimos de médio longo prazo

.

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Condições				Outros encargos	Pagamentos efetuados							Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)		
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Taxa de juro		Spread	Comissões		Amortização do capital			Juros		Outros encargos (a)		Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01	Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014			
											Inicial	Atual				Até N	Ano N	Previstos após N	Até N (descontado 2000)	Ano N	Previstos após N	Até N									Ano N	Previstos após N
Médio e Longo Prazo																																
NÃO isentos																																
87 FOGOS / PER	9015003861491	C.G.D. - I.N.H.	21/01/2004	25,0	19,0	3046	31/12/2003	N	1 812 853,60	1 812 853,60	0,750%	1,087%	1,500%			1 314 403,65	75 036,35	423 413,60	162 828,24	3 726,14	13 926,44							498 449,95	423 413,60	73 321,81		
58 FOGOS / PER	9015004010491	C.G.D. - I.N.H.	10/01/2005	25,0	18,0	2803	23/12/2004	N	1 403 602,80	1 403 602,80	0,750%	1,256%	1,250%			932 315,86	57 039,23	414 247,71	121 000,39	4 153,58	14 074,10							471 286,94	414 247,71	58 206,69		
55 FOGOS / PER	9015004513091	C.G.D. - I.N.H.	29/12/2005	25,0	18,0	2465	03/11/2005	N	1 072 165,46	1 072 165,46	0,750%	1,799%	1,500%			712 008,29	42 892,28	317 264,88	93 075,80	4 760,23	16 268,30							360 157,16	317 264,88	44 474,42		
ESCOLAS BÁSICAS	1380743830002	BPI	02/07/2008	20,0	15,0	2024	27/12/2006	N	2 511 779,00	2 511 779,00	3,754%	2,776%	0,050%			1 656 695,29	137 145,55	717 938,16	236 932,81	12 226,21	80 105,22							855 083,71	717 938,16	141 982,89		
REGENERAÇÃO URBANA	1380743830003	BPI	13/08/2009	20,0	14,0	1284	13/08/2009	N	5 862 508,00	5 862 508,00	2,903%	4,703%	1,600%			3 448 534,20	344 853,40	2 069 120,40	1 059 149,60	82 170,05	378 124,79							2 413 973,80	2 069 120,40	344 853,40		
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SÍTOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA	1380743830004	BPI	13/08/2010	20,0	13,0	729	13/08/2010	N	10 000 000,00	8 700 000,00	2,234%	4,353%	1,250%			5 505 475,37	356 825,46	2 837 699,17	874 373,48	97 671,02	582 523,33							3 194 524,63	2 837 699,17	492 688,38		
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	003200495635640	Santander Totta	20/04/2017	10,0	6,0	64	05/05/2017	N	5 350 000,00	5 350 000,00	0,861%	4,366%	0,850%			2 340 625,00	668 750,00	2 340 625,00	182 902,61	101 233,70	204 383,38							3 009 375,00	2 340 625,00		535 000,00	
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	POVT-02-0146-FCDES-000224	ADC	03/09/2015	14,0	8,0	1303	03/09/2015	N	2 824 760,79	2 824 760,79	0,609%	3,560%	0,425%			1 173 927,29	219 441,36	1 431 392,14	27 379,99	37 515,14	211 340,29							1 650 833,50	1 431 392,14		201 768,63	
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	POVT-12-0146-FCDES-000119	ADC	03/09/2015	12,0	8,0	1302	03/09/2015	N	282 604,50	282 604,50	0,609%	3,560%	0,425%			141 040,06	26 987,77	114 576,67	3 100,40	3 145,49	11 549,70							141 564,44	114 576,67		23 550,38	
SubTotal									31 120 274,15	29 820 274,15	-	-	-	-	-	17 225 025,01	1 928 971,40	10 666 277,73	2 760 743,32	346 601,56	1 512 295,55						12 595 249,13	10 666 277,73	1 155 527,59	760 319,01		
Médio e Longo Prazo																																
Isentos																																
132 FOGOS / Habitação Social	0054002457791	C.G.D. - I.N.H.	10/11/1995	27,5	27,0	79961	24/10/1995	I	1 404 280,68	1 243 553,05	6,700%	3,249%	1,250%			1 212 421,55	31 131,50	0,00	289 347,72	505,67	0,00							31 131,50	0,00	58 016,97		c1
128 FOGOS / Habitação Social	0054002459391	C.G.D. - I.N.H.	10/11/1995	27,5	27,0	79962	24/10/1995	I	1 567 851,48	1 422 806,04	6,700%	3,249%	1,250%			1 386 274,78	36 531,26	0,00	339 535,05	593,38	0,00							36 531,26	0,00	68 080,00		c1
33 FOGOS / PER	0054002471291	C.G.D. - I.N.H.	11/09/1996	27,5	26,0	39793	30/07/1996	I	410 983,53	410 983,53	3,125%	2,495%	2,750%			382 916,08	18 632,65	9 434,80	59 949,37	359,47	147,28							28 067,45	9 434,80	17 355,95		c2
147 FOGOS / PER	0054002472091	C.G.D. - I.N.H.	29/11/1996	27,0	26,0	74493	18/10/1996	I	2 306 805,60	2 030 002,69	2,625%	2,870%	2,750%			1 936 656,03	93 346,66	0,00	292 461,32	1 310,32	0,00							93 346,66	0,00	90 697,48		c2
68 FOGOS / PER	0054002544191	C.G.D. - I.N.H.	25/09/2001	25,0	21,0	4508	03/01/2002	I	1 385 347,48	1 385 347,48	1,220%	0,899%	0,425%			1 148 474,95	58 679,93	178 192,60	108 668,60	1 309,29	2 813,82							236 872,53	178 192,60	59 042,33		c2
REDE ESCOLAR	1380743830003	BPI	13/08/2009	20,0	13,0	1284	13/08/2009	I	2 137 492,00	2 137 492,00	2,903%	4,703%	1,600%			1 257 348,26	125 734,82	754 408,92	407 675,10	29 959,50	137 865,69							880 143,74	754 408,92	125 734,82		c3
SubTotal									9 212 760,77	8 630 184,79	-	-	-	-	-	7 324 091,65	364 056,82	942 036,32	1 497 641,15	34 037,63	140 826,79	-	-	-	-	-	-	1 306 093,14	942 036,32	418 927,55	0,00	
Total MLP									40 333 034,92	38 450 458,94	-	-	-	-	-	24 549 116,66	2 299 028,22	11 608 314,05	4 258 384,47	380 639,19	1 653 122,34	-	-	-	-	-	-	13 901 342,27	11 608 314,05	1 574 455,14	760 319,01	
Total Geral									40 333 034,92	38 450 458,94	-	-	-	-	-	24 549 116,66	2 299 028,22	11 608 314,05	4 258 384,47	380 639,19	1 653 122,34	-	-	-	-	-	-	13 901 342,27	11 608 314,05	1 574 455,14	760 319,01	

(a) Identificando cada um dos mesmos, designadamente, impostos, comissões e outros encargos a especificar

(b) Para efeitos deste cálculo, deverá tomar-se por referência os valores em dívida em 01/01/2014, constante do mapa 8.3.1 (empréstimos), que integra o correspondente processo de prestação de contas

(c) Empréstimos que não são considerados para efeitos de cálculo da Dívida Total:

(c1) Lei 42/98, de 06/08, com alterações que lhe foram introduzidas (Art.º 28º da Lei 3-B/2000, de 04/04)

(c2) Per (art.º 21º do DL 163/93, de 07/05, introduzido pela Lei 34/96, de 29/08)

(c3) n.º 6 do Art.º 39º da Lei 2/2007, de 15/01

Para efeitos de apresentação da posição financeira, os empréstimos de médio longo prazo distinguem-se da seguinte forma, entre corrente e não corrente:

EMPRÉSTIMOS - serviço da dívida	Corrente		Não Corrente	
	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS
Caixa Geral de Depósitos:	240 558,13	22 688,18	1 101 995,46	56 741,20
C.G.D. - I.N.H.:				
33 FOGOS / PER	9 434,80	155,29	0,00	0,00
68 FOGOS / PER	58 790,71	1 803,86	119 401,89	1 650,73
87 FOGOS / PER	73 524,77	8 331,35	349 888,83	18 233,36
58 FOGOS / PER	56 192,01	6 691,33	358 055,70	19 940,53
55 FOGOS / PER	42 615,84	5 706,35	274 649,04	16 916,58
Banco BPI:	949 028,83	322 129,26	5 430 137,82	856 489,77
ESCOLAS BÁSICAS	132 601,59	27 007,09	585 336,57	53 098,13
REQUALIFICAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA:				
REDE ESCOLAR	125 734,82	40 707,99	628 674,10	97 157,70
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	111 649,98	1 724 267,00	266 474,81
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA nº 1380743830004	345 839,02	142 764,20	2 491 860,15	439 759,13
Banco Santander Totta:	668 750,00	94 892,28	1 671 875,00	109 491,10
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	94 892,28	1 671 875,00	109 491,10
Empréstimos - Quadro:	240 144,18	65 852,23	1 305 824,63	161 122,25
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	213 344,67	61 070,87	1 218 047,47	154 153,33
EMISSIONÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	26 799,51	4 781,36	87 777,16	6 968,92
TOTAL EMPRESTITOS	2 098 481,14	505 561,95	9 509 832,91	1 183 844,32

No quadro seguinte apresenta-se a exigibilidade dos empréstimos contratados de médio longo prazo.

EMPRÉSTIMOS - serviço da dívida	2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030	
	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	JUROS
Caixa Geral de Depósitos:	240 558,13	22 688,18	235 294,47	18 632,49	239 267,86	14 657,94	182 618,64	10 779,95	186 063,23	7 334,69	148 671,15	3 823,86	110 080,11	1 512,27
C.G.D. - I.N.H.:														
33 FOGOS / PER	9 434,80	155,29												
68 FOGOS / PER	58 790,71	1 803,86	59 372,61	1 153,70	60 029,28	497,03								
87 FOGOS / PER	73 524,77	8 331,35	74 993,29	6 811,65	76 543,40	5 261,53	78 125,55	3 679,38	79 740,41	2 064,52	40 486,18	416,28		
58 FOGOS / PER	56 192,01	6 691,33	57 244,66	5 756,79	58 195,50	4 804,81	59 162,40	3 837,00	60 145,61	2 853,11	61 145,42	1 852,85	62 162,11	835,97
55 FOGOS / PER	42 615,84	5 706,35	43 683,91	4 910,35	44 499,68	4 094,57	45 330,69	3 263,57	46 177,21	2 417,06	47 039,55	1 554,73	47 918,00	676,30
Banco BPI:	949 028,83	322 129,26	972 478,80	271 862,84	997 093,65	220 829,62	1 022 931,93	168 572,96	1 050 055,16	115 139,94	917 346,33	61 713,15	470 231,95	18 371,26
ESCOLAS BÁSICAS	132 601,59	27 007,09	137 880,27	21 728,41	143 369,07	16 239,61	149 076,36	10 532,31	155 010,87	4 597,80				
REQUALIFICAÇÃO REDE ESCOLAR E REGENERAÇÃO URBANA:														
REDE ESCOLAR	125 734,82	40 707,99	125 734,82	33 543,00	125 734,82	26 484,37	125 734,82	19 425,74	125 734,82	12 396,12	125 734,82	5 308,47		
REGENERAÇÃO URBANA	344 853,40	111 649,98	344 853,40	91 998,52	344 853,40	72 638,78	344 853,40	53 279,05	344 853,40	33 998,88	344 853,40	14 559,58		
FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS SITOS NO MUNICÍPIO DE ALMADA nº 1380743830004	345 839,02	142 764,20	364 010,31	124 592,91	383 136,36	105 466,86	403 267,35	85 335,86	424 456,07	64 147,14	446 758,11	41 845,10	470 231,95	18 371,26
Banco Santander Totta:	668 750,00	94 892,28	668 750,00	65 694,66	668 750,00	36 497,03	334 375,00	7 299,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALMADA	668 750,00	94 892,28	668 750,00	65 694,66	668 750,00	36 497,03	334 375,00	7 299,41						
Empréstimos - Quadro:	240 144,18	65 852,23	250 608,10	55 414,09	261 897,04	44 125,15	273 694,49	32 327,69	254 089,62	20 350,54	265 535,38	8 904,78	0,00	0,00
REFORMULAÇÃO DO TRATAMENTO DA ETAR DA QUINTA DA BOMBA	213 344,67	61 070,87	222 628,35	51 811,81	232 656,91	41 783,25	243 137,21	31 302,95	254 089,62	20 350,54	265 535,38	8 904,78		
EMISSÁRIO DA BACIA NORTE E SERVIÇO DA COSTA POLIS	26 799,51	4 781,36	27 979,75	3 602,28	29 240,13	2 341,90	30 557,28	1 024,74						
TOTAL EMPRESTIMOS	2 098 481,14	505 561,95	2 127 131,37	411 604,08	2 167 008,55	316 109,74	1 813 620,06	218 980,01	1 490 208,01	142 825,17	1 331 552,86	74 441,79	580 312,06	19 883,53

Nota 8 - Propriedades de Investimento

a) Bases de mensuração

Os bens classificados como Propriedades de Investimento, estão registados pelo seu custo.

As depreciações das propriedades de investimento são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil dado constantes no Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNC-AP - (CC2). Sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotados outras estimativas de depreciação.

Existem Fichas de Cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada.

Escriturada e movimentos do período:

RUBRICAS	CONSOLIDADO										
	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo do justo valor)							Quantia escriturada final	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Ganhos de justo valor	Perdas de justo valor	Diferenças cambiais	Depreciações do período	Diminuições		Gastos do período	Outros
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	365 007,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365 007,12		
Edifícios e outras construções	638 505,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-16 461,42	0,00	622 044,12		
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 003 512,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-16 461,42	0,00	987 051,24	0,00	329 202,96

Nota 9 - Imparidade de ativos

No quadro seguinte identificam-se as imparidades de ativos

Ativo	Consolidado				
	Quantia bruta 31.12.2023	Imparidade acumulada a 1.1.2023	Varição	Imparidade acumulada a 31.12.2023	Quantia Recuperável
Ativos não corrente:					
Ativos fixos tangíveis	516 386 019,79				516 386 019,79
Propriedades de Investimento	987 051,24				987 051,24
Ativos intangíveis	671 378,44				671 378,44
Participações financeiras	20 171 290,58				20 171 290,58
Outros Ativos financeiros	24 621,58				24 621,58
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios	-				-
Diferimentos	-				-
	538 240 361,63				538 240 361,63
Ativo corrente:					
Inventários	1 596 929,23	67 586,44	- 13 951,51	53 634,93	1 543 294,30
Ativos biológicos	-				-
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	61 032,11				61 032,11
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	18 926,36	221 067,02	150,80		18 926,36
Devedores por empréstimos bonificados	-				-
Cientes, contribuintes e utentes	15 450 028,24	6 053 353,07	233 491,60	6 286 844,67	9 163 183,57
Estado e outros entes públicos	1 003 704,17				1 003 704,17
Outras contas a receber	46 014 859,04	53 895,86	- 52 627,73	1 268,13	45 960 963,18
Diferimentos	590 540,31				590 540,31
Ativos financeiros detidos para negociação	-				-
Outros ativos financeiros	-				-
Caixa e depósitos bancários	48 962 455,61				48 962 455,61
Total	113 645 847,34	6 395 902,39	167 063,16	6 341 747,73	107 304 099,61

As imparidades apuradas, resultam essencialmente de montantes liquidados a terceiros, onde se espera que existam riscos significativos de cobrabilidade.

Nota 10 - Inventários

A decomposição da rubrica de inventário é a seguinte:

Rubricas	CONSOLIDADO		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	31 459,96	0,00	31 459,96
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 565 469,27	-53 634,93	1 511 834,34
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 596 929,23	-53 634,93	1 543 294,30

Inventários, movimento do período:

	CONSOLIDADO								
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras liquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-/(7)+(8)
Mercadorias	28 810,09	2 649,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31 459,96
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 748 479,56	2 735 523,49	3 025 803,64	0,00	-53 634,93	0,00	0,00	0,00	1 511 834,34
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 777 289.65	2 738 173.36	3 025 803.64	0.00	-53 634.93	0.00	0.00	0.00	1 543 294.30

Nota 13 - Rendimentos de transações com contraprestação

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos com contraprestação e o seu impacto em resultados.

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

Tipo de rendimento	CONSOLIDADO	
	Rendimento do período reconhecido em Resultados	Rendimento do período reconhecido em Resultados
	31/12/2023	31/12/2022
Prestações de serviços	33 849 994,33	32 647 581,67
Vendas de bens	12 443 397,98	12 157 881,86
Dividendos ou distribuições similares	40 271,06	0,00
Outros rendimentos	618 777,12	3 129 288,55
TOTAL	46 952 440,49	47 934 752,08

Nota 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2023					31/12/2022				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período		Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos	40 166 454,72	0,00	0,00	9 480,30	0,00	38 362 215,76			6 183,20	
Impostos indiretos	29 479 823,18	0,00	0,00	0,00	0,00	30 470 951,89				
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Taxas	8 867 739,66	0,00	0,00	1 545 123,46	0,00	8 139 729,74			1 292 554,81	
Multas e outras penalidades	312 791,61	0,00	0,00	122 979,51	0,00	621 743,94			98 828,49	
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	42 318 459,92	0,00	0,00	0,00	0,00					
Subsídios com condição	3 905 120,09	1 552 185,00	0,00	29 400,00	0,00	939 297,61	1 253 468,00	75 421,21	29 400,00	61 970,40
Legados, ofertas e doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Outros	1 107 868,09	0,00	0,00	0,00	0,00	2 430 741,71				
TOTAL	126 158 257,27	1 552 185,00	0,00	1 706 983,27	0,00	80 964 680,65	1 253 468,00	75 421,21	1 426 966,50	61 970,40

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Apresenta-se no seguinte quadro o detalhe da rubrica de provisões e as respetivas variações:

	CONSOLIDADO			
	Saldo a 01.01.2023	Utilização	Incremento	Saldo 31.12.2023
Provisões processos judiciais	9 760 876,82	398 389,04	376 748,54	9 739 236,32
Provisões para acidentes de trabalho e doenças profissionais	675 190,22	43 419,46	468 393,63	1 100 164,39
Outras Provisões	50 225,00	0,00	0,00	50 225,00
Total	10 486 292,04	441 808,50	845 142,17	10 889 625,71

A entidade relevante na constituição de provisões é a CMA, pelo que no quadro seguinte detalha-se a totalidade dos processos judiciais da responsabilidade da CMA e o respetivo valor considerado em provisão. Os SMAS têm vários processos contra si, sendo de especial relevo o processo da Câmara Municipal do Seixal para cobrar a Taxa de Ocupação do Subsolo (desde 2018), em montante perto de 1,5 milhões de euros, sem se apurar atualizar o valor com juros e outros encargos, contudo, considera-se que os SMAS deverão ganhar às ações.

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
3219/13.0BELSB	Execução de acto administrativo	José Pedro Pulido Rocha	CMA e outros	Aguarda avaliação;	30 612,10 €
630/14.3BEALM	Ação Administrativa Comum – Responsabilidade Civil das Pessoas Coletivas.	José Pedro Polido Rocha e Sebastiana Clarinha Mourato Madureira	CMA	Instância suspensa;	49 592,31 €
2786/15.9BEALM	Processo de Impugnação – Indeferimento total ou parcial das reclamações graciosas dos atos tributários.	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda.	CMA	Impugnação improcedente. Recurso para o STA	153 110,05 €
947/07.3BEALM-A	Execução de Julgados – Prestação de factos pelos executados	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Recurso extraordinário interposto pela Autora. Produzidas contra-alegações. Aguarda prolação do Acórdão.	31 612,10 €
232/16.0BEALM	Ação Administrativa/Impugnação de Atos Administrativos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Foi proferido Despacho Saneador em Junho de 2019, no âmbito do qual foi determinada a suspensão da instância até ser proferida decisão transitada em julgado no âmbito do Proc. n.º 947/07.3BEALM (Proc. 7/2020)	35 408,00 €
495/16.0BEALM	Processo de Impugnação/Liquidação de Tributos	J. Ferreira Gomes & Filhos, Lda.	CMA	Parecer do MP favorável ao MA. Suspensa a Instância até decisão no Proc. n.º 947/07	181 615,78 €
3211/14.8TBALM	Execução Comum	Maria da Conceição de Miranda Cansado Paes e outros	CMA	Pendente – o MA já depositou à ordem dos autos quantia destinada a garantir o pagamento das despesas e da prestação de facto	108 964,35 €
1419/09.7BEALM	Ação Administrativa Comum/Recurso Jurisdicional de Ação Administrativa Comum	Pedro Jorge de Miranda Cansado Paes e outros	CMA e outros	Aguarda decisão do Recurso	505 335,40 €
2833/14.1TBALM	Execução Sumária	A PENTEADORA	CMA	Fase de indicação de peritos	1 550 663,88 €
827/07.2BEALM	Ação Administrativa Especial – Pretensão conexa atos administrativos/impugnação de Atos Administrativos	Maria Manuela Bela Braz Almeida António Maria de Sousa Almeida	CMA e outros	Apresentada nova Petição Inicial e nova Contestação	15 000,00 €
1295/20.9BELSB	Providência cautelar de suspensão de eficácia de acto administrativo	Eduardo Costa Rodrigues	Min. Defesa Nacional e MA	Proferida sentença que indefere a providência. Aguarda decisão sobre reclamação contra a Nota de Custas de Parte	30 102,10 €
597/20.0BEALM	Ação administrativa de condenação em indemnização	Esteves, Barreiros e Baioa, Lda	MA	Deduzida Contestação	243 040,00 €
370/21.7BELSB	contencioso pré-contratual	ENA Portugal	MA e Eulen	Sentença condenatória. Interposto Recurso pela Eulen. Julgado improcedente recurso para STA	71 760,00 €
174/21.7BEALM	contencioso pré-contratual	Rebau	MA / ISPT / DAPE	sentença condenatória. Interposto Recurso. Julgado improcedente Recurso para STS	1 605 735,00 €
6208/11.6TBALM	Reconhecimento de propriedade	Maria Aurélio Pereira Azinheira Gonçalves Pereira	MA	falta cumprir Sentença	110 294,89 €
348/21.0BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	António França Neves	MA	Deduzida Contestação	678,00 €
299/19.9BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	Josué Lopes da Cruz	MA	Deduzida Contestação	40 921,78 €
584/18.7BEALM	ação de responsabilidade civil extra-contratual	Sónia Rodrigues	MA	Deduzida Contestação	26 942,30 €
82/21.1BEALM	oposição à execução fiscal	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda.	MA	Deduzida Contestação	151 886,05 €
2152021/000006890	contra ordenação	AT	MA	Apresentada Defesa	208,81 €

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
21512021/600000787	contra ordenação	AT	MA	Apresentada Defesa	20 452,56 €
906/21.3BELSB	impugnação de acto administrativo e pedido de indemnização	Betonit	MA	Deduzida Contestação	324 077,73 €
823/15.6BEALM	impugnação de acto administrativo	Finangeste	MA	Aguarda Sentença	30 000,01 €
2-3295-2021					18 000,00 €
733/21BEALM	Impugnação de acto administrativo	Anibal Marques	MA	Deduzida Contestação	500,00 €
486/22BEALM	Ação Popular	Carlos Tavares	MA	Deduzida Contestação	45 000,00 €
31/22	Responsabilidade Civil extra contratual	Helena Serrano	MA	Deduzida Contestação	2 901,00 €
502/22BEALM	Responsabilidade Civil extra contratual	Hugo Tavares	MA	Deduzida Contestação	12 250,00 €
489/22BEALM	Responsabilidade Civil extra contratual	Manuel Veiga	MA	Deduzida Contestação	5 386,00 €
326/22BEALM	Pedido de condenação em pagamento	Massa Insolvente Tecniger	MA	Deduzida Contestação	323 687,00 €
39/23BEALM	Impugnação de acto administritivo	Tânia Oliveira	MA	Deduzida Contestação	30 000,10 €
459/22	Impugnação de acto administrativo	Nuno Lopes	MA	Fase de articulados	30 000,10 €
53/22	Impugnação de acto administrativo	Nuno Lopes	MA	Fase de articulados	30 000,10 €
817/05.0BEALM-A	Execução de sentença	FILA – Imobiliária e Turismo, Lda	MA		31 000,01 €
486/22.2BEALM	Ação de responsabilidade civil extra-contratual	Carlos Tavares	MA	Deduzida contestação	45 000,00 €
578/23.0BEALM	Providência cautelar	K Rica, Lda	MA	deduzida Contestação	30 000,01 €
572/23.1BEALM	Ação Administrativa	Sons Urbanos - Promotora de Eventos, SA	MA	deduzida Contestação	30 000,01 €
576/23.4BEALM	Providência Cautelar	Sons Urbanos - Promotora de Eventos, SA	MA	deduzida Contestação	30 000,01 €
592/23.6BEALM	Ação Administrativa	Sentido do Mar, Lda	MA	deduzida Contestação	30 000,01 €
582/23.9BEALM	Providência Cautelar	K Rica, Lda	MA	Em Recurso	30 000,01 €
588/23.8BEALM	Providência Cautelar	Via Amarela, Restauração, Catering e Eve	MA	Em recurso	30 000,01 €
584/23.5BEALM	Ação Administrativa	Via Amarela, Restauração, Catering e Eve	MA	Deduzida Contestação	30 000,01 €
593/23.4BEALM	Providência Cautelar	Sentido do Mar, Lda	MA	Em Recurso	30 000,01 €
634/23.5BEALM	Ação de responsabilidade civil extra-contratual	Enerdata	MA	Deduzida Contestação	18 441,80 €
660/23.4BEALM	Providência Cautelar	Soltamaresia - Empreendimentos Hoteleiros, Lda.	MA	Em Recurso	30 000,01 €

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
659/23.0BEALM	Ação Administrativa	Soltamaresia - Empreendimentos Hoteleiros, Lda.	MA	Deduzida Contestação	30 000,01 €
876/23.3BEALM	Providência Cautelar	k. Rica Lda.	MA	deduzida contestação	30 000,01 €
877/23.1BEALM	Providência Cautelar	Tribo da Cortesia	MA	Deduzida Contestação	30 000,01 €
895/23.0BEALM	Providência Cautelar	Lino, Freire e Associados	MA	Deduzida Contestação	30 000,01 €
6810/23.3TBALM	Providência Cautelar	José Júlio Gil Nunes	MA	Deduzida Contestação	30 000,01 €
873/23.9BEALM	Ação Administrativa	Tribo da Cortesia	MA	Deduzida Contestação	30 000,01 €
872/23.0BEALM	Ação Administrativa	k. Rica Lda.	MA	Deduzida Contestação	30 000,01 €
6767/11.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Indemnização já liquidada, na totalidade, ao Município de Almada. Aguarda-se a realização de pagamento ainda a alguns expropriados	4 070,00 €
7200/12.9TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Aguarda-se confirmação de restituição ao Município do valor de € 459,00, resultante de liquidação de taxas de justiça pagas a mais	969,00 €
6286/13.3TBALM	Expropriação	AEBT – Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	Município de Almada	Processo com visto em correição desde 04/06/2018, quantia indemnizatória integralmente recebida por parte do Município, falta receber, a título de custas de parte o valor de € 4.794,00	4 794,00 €
405/13.8EALM	Ação Administrativa Especial - Pretensão conexa Atos Administrativos	CONSTRUCENTRO - Construções Cívis do Centro, Lda.	Município de Almada	Tendo a Autora recorrido da decisão que lhe foi desfavorável, foi o Município notificado para apresentar as suas Contramotivações de Recurso	48 970,88 €
1698/15.0BEALM	Ação Administrativa Comum	Maria Manuela Caetano Ribeiro Maia Morais Félix	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), aguarda a prolação de despacho que recaia sobre a reclamação apresentada pelos Autores referente à Nota Discriminativa de Custas de Parte apresentada pelo Município de Almada	612,00 €
2809/18.1BEALM	Ação Administrativa	SENASOM - Comércio e Indústria de Construção, Lda.	Município de Almada	Tendo sido proferida decisão favorável ao Município de Almada, a Autora recorreu da mesma, tendo o Município já igualmente apresentado as suas contramotivações, aguardando-se que o TAF de Almada ordene a subida dos autos ao TCA Sul	612,00 €
964/16.2BEALM-UO1	Ação Administrativa	Sandra Marina Sequeira de Araújo Freire	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, foi notificado o Município para vir aos autos juntar certidão de decisão judicial proferida em processo a que aludiu na sua Contestação	150 510,00 €
230/17.6BEALM UO1	Ação Administrativa	MREDIS, Lda.	Município de Almada	Proferida decisão desfavorável ao Município de Almada, e tendo-se entendido não existirem fundamentos válidos para recorrer da mesma, aguarda-se a receção de proposta de resolução extrajudicial por parte da Autora	16 209,23 €
459/17.7BEALM UO1	Ação Administrativa	Maria José Alves Lima	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, elaborado relatório pericial, e apresentado, por parte do Município de Almada pedido de esclarecimentos à pericia, aguarda-se as referidas informações	612,00 €
126/18.4BEALM-UO1	Ação Administrativa	Arminda Guerra Silva Teigas	Município de Almada e Instituto das Estradas de Portugal, IEP	Finda a fase dos articulados, o processo aguarda prolação de despacho saneador	12 306,00 €
170/18.1BEALM UO1	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, e após nova junção do PA, em formato digital, conforme solicitado pelo Tribunal, o processo aguarda prolação de despacho saneador	90 018,00 €
9387/14.7T8LS8	Insolvência Coletiva (Apresentação)	CANTIAL - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Município de Almada e outros(...)	Processo a aguardar encerramento	1 224,00 €
639/19.0BEALM	Ação Administrativa	LIBUSTEMAR - Gestão de Imóveis, Lda.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	1 938,00 €
553/19.0BEALM	Ação Administrativa	LIBERTY SEGUROS, Companhia de Seguros Y Reaseguros, S.A. - Sucursal em Portugal	Município de Almada	Audiência de Julgamento agendada	5 162,04 €
408/17.2BEALM	Ação Administrativa	TRANSOBREDA - Transportes e Terraplanagens, Lda.	Município de Almada	Findos os articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador, ou mesmo de Decisão Final	29 929,17 €
792/15.2BEALM	Ação Administrativa Comum	STAL em representação de Maria Joaquina Vaz Velho	Município de Almada	Finda a Audiência de Julgamento e as Alegações Escritas, aguarda prolação da Sentença	197 353,25 €
850/19.4BEALM	Processo de Contencioso Pré- Contratual	EVOBUS PORTUGAL, S.A.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, veio esta reclamar da mesma, aguardando-se despacho relativo à reclamação	459,00 €
4145/16.7T8BALM	Ação de Processo Comum	Ana Isabel Pinto Fialho	Lucília Maria Pinto Pedro Parente e Município de Almada	Proferida Sentença favorável ao Município de Almada (absolvição da instância), e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, aguarda a mesma o pagamento da mesma	120 828,00 €

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
930/19.6BEALM	Processo de Contencioso Pré- Contratual	MARCODIESEL - Auto Serviço Elétrico e Diesel, Ldª.	Município de Almada	Proferida sentença favorável ao Município de Almada, já transitada em julgado e apresentada Nota Discriminativa de Custas de Parte à Autora, aguarda-se pagamento da mesma	765,00 €
809/19.1BEALM	Ação Administrativa	PROCIFISC - Engenharia e Consultadoria, Ldª.	Município de Almada	Audiência de Julgamento agendada	30 693,46 €
987/19.0BEALM	Ação Administrativa	TECBAU - Engenharia, Ldª.	Município de Almada	Proferido Despacho Saneador, aguarda a marcação da Audiência de Julgamento	144 489,29 €
1277/20.078ALM	Ação de Processo Comum	Maria do Rosário de Lima Oliveira Santos	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se a admissão da requerida intervenção provocada do marido da Autora	99 236,00 €
241/20.4BEALM	Ação Administrativa	NORCEP - Construções, S.A.	Município de Almada	Proferido Despacho Saneador, foram nomeados peritos para a elaboração de Relatório Pericial, o qual se aguarda	971 783,52 €
396/20.8BEALM	Ação Administrativa	FC E V Médicos Dentistas, CRL FC	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	16 564,54 €
474/20.3BEALM	Ação Administrativa	Carlos Alberto Reis e Francisco Reis Américo	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo	306,00 €
549/20.9BELAM	Outros Processos Cautelares (Administrativo)	Sílvia Maria Fernandes e outro(s)...	Município de Almada	Proferida decisão favorável ao Município de Almada e reclamadas as custas de parte, aguardase o liquidação das mesmas	306,00 €
724/20.6BEALM	Ação Administrativa	João Vaz de Araújo Franco	Município de Almada, SILAROEIRA - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, S.A., SILGOLFE - Exploração de	Finda a fase dos articulados, aguarda o saneamento do processo, já com os habilitados herdeiros do Autor	12 156,19 €
691/20.6BEALM	Ação Administrativa	COPS - Companhia Operacional de Sgurança Unipessoal, Ldª.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se o saneamento do processo	20 804,06 €
356/21.1BEALM	Ação Administrativa	Maria Emilia Monteiro	Município de Almada e outros(...)	Findos os articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador	612,00 €
2786/21.079ALM	Recurso de Contraordenação	RESTAURANTE ATIRA-TE AO RIO, Ldª.	Ministério Público e Município de Almada	Foi remetido ao TAF de Almada, por o Tribunal Judicial se ter declarado materialmente incompetente	3 051,03 €
273/22.8BEALM	Ação Administrativa	AGEAS Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Município de Almada	Audiência de Julgamento agendada	1 805,12 €
441/22.2BEALM	Ação Administrativa	Cláudia Sofia Marques Gomes Tavares	Município de Almada	Foi apresentada Contestação, aguardando-se o saneamento do processo	45 714,00 €
370/22.0BEALM	Procedimento Cautelar	José Manuel Soto de Brito Parreira	Município de Almada	Aguarda-se que seja agendada a Audiência de Julgamento	612,00 €
411/22.0BEALM	Ação Administrativa	Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, S.A.	Município de Almada	Foi apresentada Contestação, e a Autora requereu a intervenção principal provocada de duas entidades, aguardando-se o decurso dos termos da intervenção	1 556,12 €
1112/16.4BEALM	Ação Administrativa	PRAIA DO INFANTE, Ldª	APA, I.P., Elegâncias de Verão, Unipessoal, Ldª. e Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se saneamento do processo	612,00 €
112/23.2BEALM	Procedimento Cautelar	Ana Sofia Esteves Bento	Município de Almada	Confirmada pelo TCA Sul a decisão favorável ao Município de Almada, decorre prazo para apresentação de Nota Discriminativa de Custas de Parte	306,00 €
22735/23.0YIPRT	Ação Especial para Cumprimento de Obrigações Pecuniárias	EDEN SPRINGS PORTUGAL, S.A.	Município de Almada	Finda a fase dos articulados aguarda prolação de despacho saneador	19 116,10 €
310/23.9BEALM	Ação Administrativa	Anabela São Pedro Duarte e Artur Manuel Marques Duarte	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se prolação de despacho saneador	15 245,96 €

N.º do Processo	Descrição do Litígio	Autor	Réu	Posição atual da Ação	Valor
312/23.5BEALM	Ação Administrativa	Nuno Miguel Fernandes Santos	Município de Almada	Aguarda-se que seja feita a citação regular do Município	433 492,22 €
427/23.0BEALM	Procedimento Cautelar	Celine Louchet Kaplan	Município de Almada	Proferida decisão final favorável ao Município de Almada, aguarda-se, ainda o decurso do prazo de recurso	306,00 €
4896/23.0TBALM	Ação de Processo Comum	FERNANDO JORGE SOUSA SIMÕES, Lda.	Município de Almada	Decorre o prazo para a apresentação de Réplica por parte da Autora	151 973,32 €
457/23.1BEALM	Ação Administrativa	Vitor Manuel Pires Boga	Município de Almada	Decorre prazo para apresentação da Contestação	43 020,53 €
77749/23.0YIPRT	Ação Administrativa	PROSEGUR - Companhia de Seguranga, Lda.	Município de Almada	Decorre prazo para pagamento da Taxa de Justiça	8 363,34 €
602/23.7BEALM	Ação Administrativa	Celine Louchet Kaplan	Município de Almada	Finda a fase dos articulados, aguarda-se que seja proferido Despacho Saneador	612,00 €
616/21.1BEALM	Anulação do ato de homologação da avaliação de desempenho	Eduardo Raposo	Município de Almada	Entregue contestação	30 000,01 €
52/2023.5BEALM	Impugnação do ato de homologação da LUOF (na sequência do Processo	Anabela Castanheira Vasconcelos	Município de Almada	Entregue contestação	30 000,01 €
635/20.5BEALM	Ação administrativas regularização de ocupação ilegal	Antonieta Maia Sá	Município	Aguarda reembolso despesas pela A.	306,00 €
650/23.7BEALM	Ação Administrativa de Impugnação de acto (Despacho de reposição da legalidade)	Céline Louchet Kaplan	Município de Almada	Findos os articulados, aguarda marcação de Audiência Prévia ou prolação de Despacho Saneador.	612,00 €
939/18.7BEALM-A	Execução de prestação de acto devido (execução de despacho no PF 234/18)	Lucilia Correia de Paiva Costa	Município de Almada	Findos os articulados, aguarda prolação de Despacho Saneador.	306,00 €
759/2019.1 BEALM	Taxas de ocupação de subsolo calculadas pela CM Seixal não são devidas nos termos apresentados	CM Seixal	SMAS Almada	Aguarda julgamento	307 631,03 €
531/22.1 BEALM	Taxas de ocupação de subsolo calculadas pela CM Seixal não são devidas nos termos apresentados	CM Seixal	SMAS Almada	Aguarda julgamento	135 208,90 €
434/20.4 BEALM	Aguardamos junção de procuração ao processo	Jorge Pereira Abreu	SMAS Almada		134 914,53 €
Total					9 739 236,32 €

A CMA contabiliza também o montante das pensões vitalícias resultantes de doenças profissionais ou acidentes em trabalho, detalhando-se no mapa seguinte o respetivo apuramento:

PENSÕES VITALÍCIAS									
TIPO	VALOR MENSAL 2022	DATA DO DIREITO	DATA 1º ABONO	Data de Nascimento	Ano Nascimento	Idade	Valor 2021 TV 88/90	actualização	Valor 2022 TV 88/90
Doença profissional	20,72	15/11/2012	01/12/2013	06/09/1966	1966	57	5 312,48	-215,43	5 097,06
Doença profissional	19,8	03/09/2010	01/12/2011	28/01/1966	1966	57	6 854,90	-1 479,33	5 375,57
Doença profissional	40,62	09/10/2014	01/11/2019	12/03/1951	1951	72	7 559,20	197,6	7 756,80
Doença profissional	147,28	25/02/2010	01/09/2011	02/02/1958	1958	65	38 081,64	1 486,60	39 568,24
Doença profissional	34,01	03/03/2021	01/05/2021	29/08/1953	1953	70	7 009,31	218,49	7 227,81
Doença profissional	83,75	15/09/2021	01/02/2022	11/04/1966	1966	57	0	30 414,65	30 414,65
Acidente em serviço	459,32	12/10/2004	01/06/2006	24/09/1950	1950	73	80 915,48	1 909,10	82 824,58
Acidente em serviço	388,05	01/10/2004	01/07/2007	21/03/1971	1971	52	156 365,66	8 245,15	164 610,81
Acidente em serviço	400,77	07/02/2012	01/12/2014	16/09/1975	1975	48	180 226,23	10 035,32	190 261,55
Acidente em serviço	61,54	09/01/2023	01/10/2023	22/05/1963	1963	60	0	20 134,66	20 134,66
Acidente em serviço	345,15	01/05/2008	01/09/2010	18/05/1969	1969	54	131 142,59	6 813,86	137 956,46
Acidente em serviço	557,49	19/03/2008	01/06/2008	22/09/1954	1954	69	120 601,01	3 964,56	124 565,57
Acidente em serviço	411,75	01/04/2008	01/03/2011	26/05/1979	1979	44	204 893,29	11 851,91	216 745,20
Acidente em serviço	214,4	21/05/2014	01/08/2014	02/04/1962	1962	61	64 712,93	2 913,12	67 626,05
Total							1 003 674,72	96 490,26	1 100 165,01

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas.

Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

Dividas a receber

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a receber, estando a mesmas mensuradas, após reconhecimento inicial, pelo custo / custo amortizado.

Ativo	Consolidado		
	Quantia bruta 31.12.2023	Imparidade	Quantia Recuperável
Ativos não corrente:			
Participações financeiras	20 171 290,58	0,00	20 171 290,58
Outros Ativos financeiros	24 621,58	0,00	24 621,58
Ativo corrente:			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	61 032,11	0,00	61 032,11
Devedores por transferências e subsídios reembolsáveis	18 926,36	0,00	18 926,36
Clientes, contribuintes e utentes	15 450 028,24	6 286 844,67	9 163 183,57
Estado e outros entes públicos	1 003 704,17	0,00	1 003 704,17
Outras contas a receber	45 962 231,31	1 268,13	45 960 963,18
Diferimentos	590 540,31	0,00	590 540,31
Total	63 086 462,50	6 288 112,80	56 798 349,70

Dívidas a pagar

No quadro seguinte demonstram-se as dívidas a pagar reconhecidas pelo custo / custo amortizado.

Dívidas a pagar	CONSOLIDADO		
	Corrente	Não Corrente	Total
Fornecedores	1 837 653,51	0,00	1 837 653,51
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	460 826,49	0,00	460 826,49
Estado e outros entes públicos	702 541,49	0,00	702 541,49
Financiamentos obtidos	2 414 639,85	9 625 316,88	12 039 956,73
Fornecedores de investimentos	587 216,17	64 400,00	651 616,17
Outras contas a pagar	14 318 578,53	2 202 547,50	16 521 126,03
Diferimentos	11 427 311,43	7 737 908,91	19 165 220,34
Total	31 748 767,47	19 630 173,29	51 378 940,76

Nota 19 - Benefícios dos empregados

As entidades atribuem benefícios a empregados de acordo com a legislação em vigor aplicável às autarquias locais e que são de curto prazo.

Incluem-se nos benefícios de curto prazo: Salários, subsídio de refeição, subsídio de férias e Natal, e outros abonos previstos na remuneração em vigor, bem como as contribuições para os regimes de segurança social.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação em vigor, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Gastos com o pessoal	CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	512 026,09	454 922,94
Remunerações certas e permanentes	54 420 121,74	45 380 514,14
Abonos variáveis ou eventuais	2 000 285,14	2 841 205,41
Indemnizações	28 825,66	34 708,57
Encargos sobre remunerações	12 632 708,64	10 874 431,57
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 069 842,64	904 654,51
Gastos de ação social	175 642,89	57 693,62
Outros gastos com o pessoal	238 114,05	191 410,97
Outros encargos sociais	2 400 462,72	2 415 617,71
Total	73 478 029,57	63 155 159,44

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Para efeitos da NCP 20, consideram-se partes relacionadas as seguintes entidades:

- COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A
- MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada

As transações entre entidades relacionadas são as que se apresentam no quadro seguinte:

Madan Parque
Investimentos em associadas

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2023		Transações								Saldo 31/12/2023	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras - Quota	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

COSTAPOLIS
Investimentos em associadas

Tipo de Fluxo	Saldo 01/01/2023		Transações								Saldo 31/12/2023	
	Débito	Crédito	Novos direitos	Novas obrigações	Anulações de direitos	Anulação de obrigações	Recebimentos c/ fluxo	Recebimentos em espécie	Pagamentos c/ fluxo financeiro	Pagamentos em espécie	Débito	Crédito
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 22 - Interesses em outras entidades

No quadro seguinte, apresenta-se o detalhe dos investimentos por tipo de critério de mensuração.

Tipo	Entidade	Percentagem de participação		Método de contabilização
		% detenção direta da CMA	% detenção no grupo	
Empresa privada participação minoritária	AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	12,33%	12,33%	Custo
Empresa do setor empresarial do estado - regime privado - influência significativa	COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	40,00%	40,00%	MEP
Associação onde o grupo tem influência significativa	MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	40,65%	40,65%	MEP
Associação onde o grupo não tem influência significativa	Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	16,67%	16,67%	Custo
Fundo onde o grupo não tem influência significativa	Fundo de Apoio Municipal	0,67%	0,67%	Custo

Nota 23 - Outras divulgações relevantes

23.1 - Gastos com Transferências e subsídios

Detalha-se no quadro seguinte as transferências e subsídios, correntes e de capital, consideradas com gasto em 2023.

Entidades	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Transferências e subsídios correntes concedidas		
Associações de Municípios	1 810 011,04	1 810 011,04
Bombeiros Almada	180 000,00	200 146,78
Bombeiros Cacilhas	360 000,00	664 820,79
Bombeiros Trafaria	180 000,00	207 997,17
Empresas Locais	499 000,00	0,00
Serviços Municipalizados	1 737 701,56	0,00
Famílias	504 212,99	10 000,00
Freguesia Costa da Caparica	422 277,23	576 029,04
Instituições sem Fins Lucrativos	13 538 907,03	10 081 515,78
Outros	275 087,10	890 454,96
Serviços e Fundos Autónomos	0,00	23 973,58
Ação Social	0,00	127 513,12
Bolsas	0,00	142 824,45
Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	595 000,00
União de Freguesias Charneca de Caparica e Sobreda	1 124 008,88	1 398 714,15
União de Freguesias de Almada, Cv.Piedade, Pragal e Cacilhas	586 000,80	710 512,87
União de Freguesias de Caparica e Trafaria	656 406,72	940 384,05
União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó	283 144,34	403 778,88
Total	22 156 757,69	18 783 676,66

23.2 - Gastos com fornecimentos e serviços externos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de fornecimento e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos		
Designação	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de saúde	0,00	3 072,74
Serviços de transportes	226 619,51	126 392,51
Serviços de alojamento e de restauração	0,00	118 115,50
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	8 085 139,04	5 707 968,75
Trabalhos especializados	9 077 276,09	6 139 811,79
Publicidade, comunicação e imagem	456 720,13	319 962,83
Vigilância e segurança	1 256 497,36	1 088 836,91
Honorários	1 627 954,92	1 733 034,88
Comissões	2 110 675,01	2 101 936,92
Conservação e reparação	8 045 073,35	9 757 676,41
Serviços bancários	22 043,20	22 247,24
Outros	105 516,69	89 336,81
Outros serviços especializados	21 759,11	63 213,46
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	350 205,10	384 551,98
Livros e documentação técnica	5 386,17	3 978,55
Material de escritório	100 459,96	95 539,82
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	350 170,73	411 707,75
Material de educação, cultura e recreio	48 890,30	9 127,24
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	163 069,53	169 327,77
Medicamentos e artigos para a saúde	29 883,21	23 331,60
Produtos químicos e de laboratórios	96 342,77	228 353,21
Outros materiais diversos de consumo	6 293 686,74	3 906 947,14
Eletricidade	7 134 786,69	12 095 032,28
Combustíveis e lubrificantes	457 980,66	713 321,40
Água	1 909 829,30	1 116 772,73
Outros	0,00	11 610,90
Deslocações e estadas	85 425,00	125 489,87
Transporte de mercadorias e outros bens vendidos	667,47	15 092,39
Transporte escolar	18 456,72	0,00
Outros	38 529,83	20 026,64
Rendas e alugueres	2 390 261,75	1 668 389,16
Comunicação	876 434,70	896 602,75
Seguros	551 164,78	564 974,58
Contencioso e notariado	140 670,31	33 164,48
Despesas de representação dos serviços	12 656,24	27 465,25
Limpeza, higiene e conforto	2 371 293,19	1 821 524,61
Outros serviços	386 364,88	136 084,72
Total	54 847 890,44	51 750 023,57

23.3 - Diferimentos ativos e passivos

Nos quadros seguintes detalham-se os saldos dos diferimentos ativos e passivos reconhecidos em 2023.

Diferimentos Ativos	CONSOLIDADO		
	Corrente	Não Corrente	Total
Serviços especializados	4 000,89	0,00	4 000,89
Material de escritório	109 105,79	0,00	109 105,79
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	215 078,05	0,00	215 078,05
Rendas e alugueres	80 993,75	0,00	80 993,75
Seguros	99 161,54	0,00	99 161,54
Gastos de benefícios de reforma	0,00	0,00	0,00
Outros	82 200,29	0,00	82 200,29
Total	590 540,31	0,00	590 540,31

Diferimentos passivos	Consolidado		
	Corrente	Não Corrente	Total
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições			
<i>Protocolos - Estado</i>	609 700,13		609 700,13
<i>Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados</i>			0,00
Ensino não Superior	0,00		0,00
Ordenamento e Requalificação do Território	0,00		0,00
Transportes e Vias de Comunicação Terrestre	0,00		0,00
Ambiente e Energia	0,00		0,00
APA - Fundo Ambiental	163 633,04		163 633,04
Programa Valorizar - Almada WI-FI +		30 609,24	30 609,24
<i>Estado - Participação Comunitária em Projetos Co-Financiados</i>			0,00
Reestruturação e Ampliação da EB Maria Rosa Colaço		76 593,59	76 593,59
Subst. Cob. Fibrocimento c/ Amianto por Chapa Lacada em 10 escolas		0,00	0,00
Requalificação da EB D. António da Costa		0,00	0,00
Ampliação do Jardim de Infância da Sobreda		0,00	0,00
Requalificação do Núcleo Histórico da Cova da Piedade - Jardim Público			0,00
Espaços Exteriores em Bairros de Habitação Social		148 970,37	148 970,37
Criação de Espaços Comunitários		142 168,33	142 168,33
Dinamização do Presídio da Trafaria		0,00	0,00
Cacilhas-Tejo		2 916 257,88	2 916 257,88
Espaços Exteriores Caramujo/Romeira		0,00	0,00
Arte Xávega		12 750,00	12 750,00
PRR - Comunidades Desfavorecidas - Caparica/Trafaria		436 882,20	436 882,20
PRR - Comunidades Desfavorecidas - Costa da Caparica		318 443,30	318 443,30
	773 333,17	4 082 674,91	4 856 008,08
Acordos de concessão de serviços			
Outros subcontratos ou concessões CP	9 789 535,78		9 789 535,78
Outros rendimentos a reconhecer			
Mercados e Feiras	15 531,78		15 531,78
Habitação	207 745,79		207 745,79
Edifícios	7 793,44		7 793,44
Terrenos e Recursos Naturais	633 371,47	2 968 393,31	3 601 764,78
Total de outros rendimentos a reconhecer	864 442,48	3 655 234,00	4 519 676,48
Total de diferimentos passivos	11 427 311,43	7 737 908,91	19 165 220,34

23.4 - Outros gastos

No quadro seguinte detalha-se o montante de outros gastos reconhecidos em 2023:

Outros Gastos		
Designação	Consolidado	
	2023	2022
IVA Suportado não dedutível	96 267,94	106 895,34
Outros	20,43	31,28
Impostos	4 271,01	1 415,51
Taxas	739 420,46	592 305,66
Imposto sobre o rendimento	972,80	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	3 347,22	1 205,67
Correções de impostos diretos	0,00	833,80
Correções de impostos indiretos	186 688,17	319 252,21
Correções relativas a períodos anteriores	2 513,67	9 841,76
Devolução de transferências e subsídios obtidos	2 000,00	33 764,11
Encargos de Cobrança	3 453,73	25 362,38
Outras correções	284 035,03	428 322,71
Quotizações	184 665,83	456 617,06
Multas fiscais	0,00	0,00
Multas não fiscais	862,55	2 584,82
Condomínios	77 775,30	81 041,80
Gastos Bancárias	92 418,53	55 415,71
Indemnizações	486 053,58	377 231,29
Direitos de Autor	17 145,52	13 137,62
Correções de Inventários	38 769,42	17 752,55
Outros gastos	44 886,11	79 809,98
Total	2 265 567,30	2 602 821,26

23.5 - Outros rendimentos

No quadro seguinte detalham-se os outros rendimentos apurados em 2023.

Outros rendimentos		
Designação	Consolidado	
	2023	2022
Outros rendimentos Suplementares	23 990,89	74 677,18
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	364,09
Alienações	0,00	1 279 796,67
Sinistros	3 034,00	0,00
Rendas em propriedades de investimento	329 202,96	457 978,13
Outros rendimentos	0,00	1 243 785,34
Outros rendimentos do Estado	344 368,69	62 415,06
Correções relativas a períodos anteriores	949 727,06	1 694 355,32
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	3 907 369,24	1 851 748,64
Outros não especificados	74 072,46	105 032,16
Total	5 631 765,30	6 770 152,59

23.6 - Estado e outros entes públicos

No quadro seguinte detalha-se as dívidas a pagar e a receber do Estado.

Estado		
Designação	Ativo	Passivo
Retenção de impostos sobre rendimentos	5 899,04	420 003,01
IVA (pagar e receber)	997 805,13	7 463,49
Contribuições para sistema de protecção social e subsistemas de saúde	0,00	274 449,91
Outros	0,00	625,08
Total	1 003 704,17	702 541,49

ANEXOS:

(identificação de cada uma das entidades consolidadas e responsáveis nominais)

1. MUNICÍPIO DE ALMADA
2. SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada
3. WEMOB, E.M., S.A.
4. Agência Municipal de Energia de Almada - AGENEAL
5. ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local
6. NOVALMADAVELHA - Agência de Desenvolvimento Local

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE		
1. Identificação		
1.1 Designação	Município de Almada	
1.2 Contactos oficiais		
1.2.1 Endereço postal (arruamento, código postal e localidade)	Largo Luis de Camões - 2800-158 - Almada	
1.2.2 Endereço de correio eletrónico		
1.2.3 Telefone	212724000	
1.2.4 Endereço da página na internet	www.m.almada.pt	
1.3 NIPC	500051054	
1.4 Código de atividade económica (CAE)		
1.5 Missão/objeto social	Autarquia Local	
1.6 No ano em apreço a entidade esteve	Em atividade	
2. Enquadramento		
2.1 Enquadramento no Sector Público	Administração Local	
2.2 Forma jurídica / tipo societário	Associação pública	
2.3 Para as entidades criadas ao abrigo do Código Civil/Código das Sociedades comerciais:		
2.3.1 Data da escritura de constituição / contrato de sociedade ou diploma de criação	(anexar no 1.º ano de prestação de contas da nova instrução)	
2.3.2 Estatutos/acordos parasociais e respetivas alterações até ao ano n-1	(anexar no 1.º ano de prestação de contas da nova instrução)	
2.3.3 Alterações aos estatutos / contrato de sociedade ou acordos parasociais ocorridas no ano em apreço	Não	
2.4 É entidade pública reclassificada de acordo com as listas anuais do INE	Não	
2.5 Em caso afirmativo, desde quando		
2.6 É entidade pública concedente?	Não	
2.7 É entidade concessionária / subconcessionária (pública ou privada)?	Não	
2.8 Período da concessão		
2.9 Natureza da concessão		
2.1 Sendo concessionária, identificação da empresa concedente		
3. Recursos humanos		
3.1 Número total de trabalhadores no início do período do relato	2569	
3.2 Número total de trabalhadores no fim do período do relato	2729	
3.3 Número de colaboradores em regime de prestação de serviços no início do período do relato	55	
3.4 Número de colaboradores em regime de prestação de serviços no fim do período do relato	57	
3.5 Anexar quadro de pessoal do período do relato em apreço (quando aplicável)		
4. Regime e organização contabilística		
4.1 Referencial contabilístico utilizado	SNCAP	
4.2 Subsistema aplicável		
4.3 Manual de procedimentos contabilísticos	Não	
4.4 Existência de descentralização contabilística	Não	
4.4 Em caso afirmativo, breve descrição da articulação com a contabilidade central		
5. Outras informações		
5.1 Existência de Manual/Regulamento/Normas de controlo interno	Sim	
5.2 Identificar as normas de controlo interno de especial relevo em matéria de gestão administrativa e financeira/patrimonial	(anexar documento)	
5.3 Estrutura organizacional	Diploma/regulamento	
5.4 Organograma	Sim	
5.5 Ações inspetivas ou de auditoria, levadas a efeito por órgãos de controlo interno e externo	Não	
5.6 Ações de auditoria externa desenvolvidas por iniciativa dos órgãos da entidade	Não	
5.7 Outras ações de auditoria não especificadas	Inspeção Geral de Finanças - Contratação Pública-Março 2017	

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
MUNICÍPIO DE ALMADA			
Período de relato: 01-01-2023 a 31-12-2023			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Município de Almada - Câmara Municipal de Almada		
NIPC	500051054		
Natureza	Autarquia Local		
Endereço postal	Largo Luís de Camões		
Telefone / Fax	212734000		
Endereço de correio eletrónico	gab.presidencia@cma.m-almada.pt		
Sítio na Internet	www.m-almada.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Consultiva	Sim ☐	Não ☒
Organograma			
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro		
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE			
Serviços Municipalizados	Sim ☒	Não ☐	
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NAO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)			
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	Sim ☒	Influência dominante ☐	
Wemob - EM, SA	Sim ☒	☐	
Novalmadavelha - Agência de Desenvolvimento Local	Sim ☒	☐	
Ambatejo - Agência de Desenvolvimento Local	Sim ☒	☐	
Ageneal - Agência Municipal de Energia de Almada	Sim ☒	☐	
Costapoli - Sociedade para o Desenvolvimento Polis na Costa da Caparica, SA	Sim ☒	☐	
Assoc. Parque de Ciência e Tecnologia - ALMADA/SETUBAL-MADAN PARQUE	Sim ☒	☐	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Sim ☒	☐	
Amarsul - Valorização e Tratamento de Resíduos, SA	Sim ☒	☐	
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
Atribuições e competências consignadas na legislação vigente			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Mandato de 2021 a 2025			
Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida (PS)			
Maria Teodolinda Monteiro Silveira (PS)			
José Pedro Ribeiro Gomes da Silva (PS)			
Francisca Luís Baptista Pereira (PS)			
Filipe Alexandre Pardo Pacheco (PS)			
Maria das Dores Marques Banheiro Meira (CDU)			
António José Sousa Matos (CDU)			
José Luís Riço Bucho de Matos (CDU)			
Helena Manuela Cili Azinheira (CDU)			
Nuno Filipe Miragala Matias (PSD)			
Joana Rodrigues Montenegro (BE)			
5.2 NÚMERO DE VEREADORES (v)			
Em regime de permanência: 12			
A meio tempo: 1			
Restantes vereadores: 1			
5.3 NÚMERO DE ELEITORES			
Até 10.000: 1			
Mais de 10.000 e menos de 40.000: 1			
Igual ou superior a 40.000: 1			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA			
As demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez, com base no normativo contabilístico - SNCAP			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora	Inspeção Geral de Finanças		
Data da ação	Março de 2017		
Período abrangido			
Identificação da ação	Contratação Pública		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS			
	Órgão Executivo	Data de Aprovação	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)		20/07/2011	
Regulamentos			
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		09/05/2012	
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR			
	Órgão Executivo	Data de Aprovação	Órgão Deliberativo
1.º Revisão Orçamental			
2.º Revisão Orçamental			
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALB)		20/06/2023	07/06/2023
		18/12/2023	27/12/2023
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS			
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público			
Wemob - EM, SA			
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento Almada			
Ageneal - Agência Municipal de Energia de Almada			
Novalmadavelha - Agência de Desenvolvimento Local			
Ambatejo - Agência de Desenvolvimento Local			
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA			
(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não	
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	Sim ☒	☐	
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	Sim ☒	☐	
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS			
(Art.º 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não	
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	Sim ☒	☐	
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	Sim ☒	☐	
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA À PESSOAL (2)			
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa (2)	Sim ☒	Não ☐	
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro			2729
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO			
	Início do exercício	Fim do exercício	
	22	14	
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício			
- Informação sobre a existência de atividades/movimentos financeiros na gerência			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ OBRAS PÚBLICAS			
(a especificar)	Sim	Não	
	Sim ☒	☐	
7.11 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES			
	Sim	Não	
	Sim ☒	☐	

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período do relato:

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)
Inês de Medeiros - PS	Presidente da Câmara	01/01/2023-31/12/2023
Maria Teodolinda Silveira (PS)	Vereadora Regime Tempo Inteiro	01/01/2023-31/12/2023
José Pedro Ribeiro (PS)	Vereador Regime Tempo Inteiro	01/01/2023-31/12/2023
Francisca Parreira (PS)	Vereadora Regime Tempo Inteiro	01/01/2023-31/12/2023
Filipe Pacheco (PS)	Vereador Regime Tempo Inteiro	01/01/2023-31/12/2023
Nuno Matias (PSD)	Vereador a Meio tempo	01/01/2023-31/12/2023
Maria das Dores Meira (CDU)	Vereadora	01/01/2023-31/12/2023
António Matos (CDU)	Vereador	01/01/2023-31/12/2023
José Luís Bucho de Matos (CDU)	Vereador	01/01/2023-31/12/2023
Helena Azinheira (CDU)	Vereadora	01/01/2023-31/12/2023
Joana Mortágua (BE)	Vereadora	01/01/2023-31/12/2023

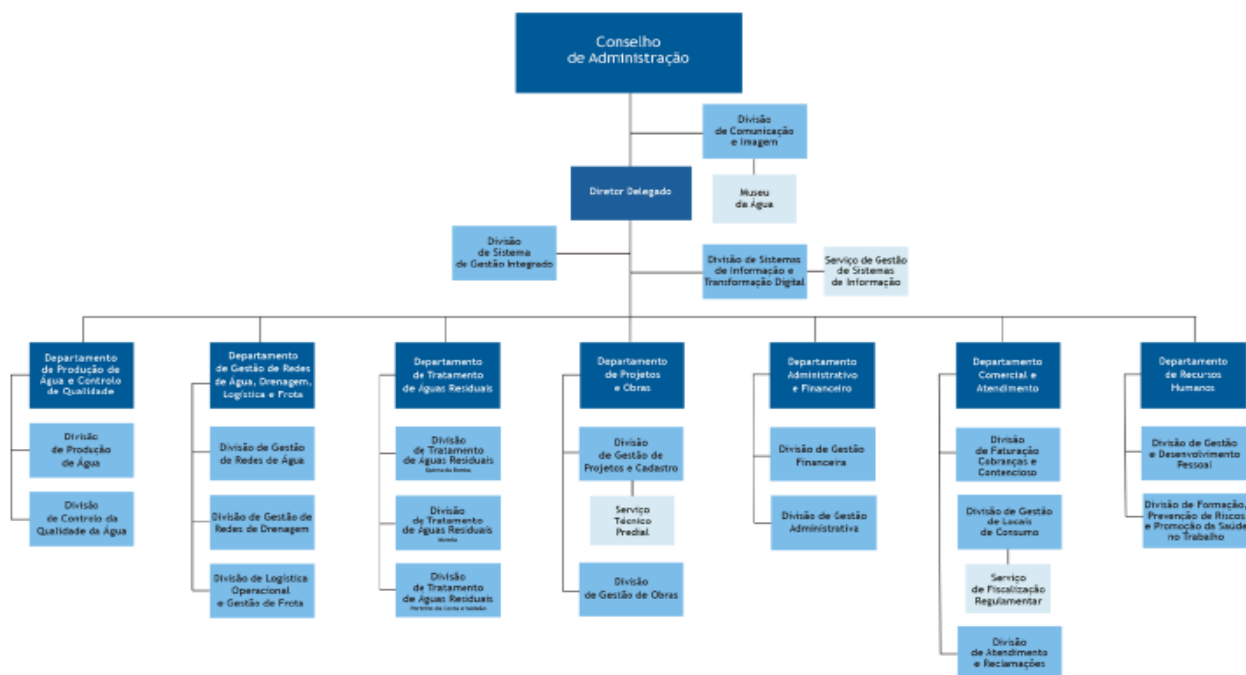
Responsáveis pelas Demonstrações Orçamentais e Financeiras

MUNICÍPIO DE ALMADA		
Período de relato: 01/01/2023 a 31/12/2023		
Responsabilidade	Cargo/Órgão	Nome
Apresentação e divulgação	Presidente da Câmara	Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida
Aprovação	Câmara Municipal	Câmara Municipal
Elaboração	Chefe do Departamento Financeiro	António Adriano de Matos da Silva Almeida

Participações detidas:

Entidades participadas	Influência dominante (sim/não)
AMARSUL- Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S A	não
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	sim
ARRIBATEJO - Agência de Desenvolvimento Local	sim
COSTAPOLIS - Soc. para o Desenv. do Programa POLIS na Costa da Caparica, S A	não
MADAN PARQUE- Parque de Ciência e Tecnologia de Almada	não
NOVA ALMADA VELHA - Agência de Desenvolvimento Local	sim
WEMOB - E.M., S.A.	sim
SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada	sim
FAM - Fundo de Apoio Municipal	não
Associação Almascience - Investigação e Desenvolvimento em Celulose para Aplicações Inteligentes e Sustentáveis	não

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada		
NIPC	880017763		
Natureza	Captação, Distribuição de água para consumo humano e tratamento de águas residuais		
Endereço postal	Praça Ricardo Jorge, 2 e 2A, 2804-543 Almada		
Telefone / Fax	212726000		
Endereço de correio eletrónico	geral@smasalmada.pt		
Sítio na internet	www.smas.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Não	Sim ☒	Não ☐
Organograma			
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	Lei 73/2013 de Setembro		
Regime Jurídico	DL 194/2009 de 20 Agosto		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)		Sim	Não
(Se a entidade de assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)		Influência dominante	
Agência - Agência Municipal de Energia de Almada			X
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
Captação, tratamento e distribuição de água para consumo humano e tratamento de águas residuais			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DO(S) MEMBRO(S) DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
Presidente do Conselho de Administração- José Pedro Ribeiro Gomes da Silva			
Vogal do Conselho de Administração- Maria Teodolinda Monteiro Silveira			
Vogal do Conselho de Administração- Nuno Filipe Miragaia Matias			
5.2 NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES			
Em regime de permanência..... 1			
A meio tempo..... 2			
Restantes membros.....			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora			
Data da ação			
Período abrangido			
Identificação da ação			
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)		07/01/2016	12/01/2016
Regulamentos- Abastecimento de Água e do saneamento de Águas Residuais, domésticas e		17/04/2023	28/04/2023
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		18/06/2018	
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		18/06/2018	
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental		17/04/2023	28/04/2023
Alteração Orçamental			
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)		Sim	Não
Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa(2)		☒	☐
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		458	
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Início do exercício	Fim do exercício
		30	30
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS		Sim	Não
(a especificar)		☐	☒



Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
José Pedro Ribeiro	Presidente do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2023
Maria Teodolinda Monteiro Silveiro	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2023
Nuno Miragaia Matias	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2023

Responsáveis pelas Demonstrações Orçamentais e Financeiras

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada		
Período de relato: 01/01/2023 a 31/12/2023		
Responsabilidade	Cargo/Órgão	Nome
Apresentação e divulgação	Presidente do Conselho de Administração	José Pedro Ribeiro
Aprovação	Câmara Municipal	Câmara Municipal
Elaboração	Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro	Andreia Oliveira

Participações detidas:

Entidades participadas	Influência dominante (sim/não)
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	não

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	WEMOB, EM SA		
NIPC	507001206		
Natureza	Empresa Municipal		
Endereço postal	2800-208 Almada		
Telefone / Fax	212743918		
Endereço de correio eletrónico	geral@wemob.pt		
Sítio na internet	www.wemob.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	☒	Não ☐
Organograma			
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	SNC		
Regime Jurídico	Código das Sociedades Comerciais - Direito Privado		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)		Sim	Não
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)		Influência dominante	
Serviços Municipalizados			☐
Serviços Intermunicipalizados			☐
Entidades Intermunicipais			☐
Entidades Associativas Municipais			☐
Empresas Locais			☐
Empresas Participadas NIPC 504329073 AGENEAL 0,38%		☒	
Cooperativas			☐
Fundações			☐
Entidades de outra natureza			☐
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
Como é muito extenso, indica-se código da Certidão Permanente 7841-1566-2859			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
Presidente : Ana Luisa Lima Ferreira			
Vogal : Hélio Jorge Ferreira dos Anjos			
Vogal : Filipe Alexandre Pardal Pacheco			
5.2 NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES			
Em regime de permanência..... 1			
A meio tempo..... 0			
Restantes membros..... 2			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)			
Sistema de Normalização Contabilística (SNC)			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora	IGF - Autoridade de Auditoria		
Data da ação	Ano 2023		
Período abrangido	Exercício de 2019 até ao final do 3º trimestre de 2022		
Identificação da ação	Verificação de cumprimento das disposições legais aplicáveis e cumprimento do disposto na Lei nº 50/2013, de 31/08 e emitir juízo sobre a situação económico-financeira da empresa		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)			
Regulamentos			
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações			
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental			
Alteração Orçamental			
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)		Sim	Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]		☒	☐
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro			
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Início do exercício	Fim do exercício
		42 dias	60 dias
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS		Sim	Não
(a especificar)		☐	☒



Relação nominal de responsáveis pela execução financeira no período de relato

WEMOB, E.M., S.A		
Período de relato: 01/01/2023 a 31/12/2023		
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
Ana Luísa Lima Ferreira	Presidente do Conselho de Administração (WEMOB)	01/01/2023 a 31/12/2023
Hélio Jorge Ferreira dos Anjos	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2023
Filipe Alexandre Pardal Pacheco	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2023

Participações detidas:

Entidades participadas	Influência dominante (sim/não)
AGENEAL- Agência Municipal de Energia de Almada	não

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação		Agência Municipal de Energia de Almada, AGENEAL	
NIPC		504329073	
Natureza		Associação privada sem fins lucrativos	
Endereço postal		Rua Bernardo Francisco da Costa, 44, 2800-029 ALMADA	
Telefone / Fax		925486886	
Endereço de correio eletrónico		ageneal@ageneal.pt	
Sítio na internet		www.ageneal.pt	
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?		Sim ☒	Não ☐
Organograma			
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro		SNC-AP	
Regime Jurídico		Associação	
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)		Sim	Não
Serviços Municipalizados			☒
Serviços Intermunicipalizados			☒
Entidades Intermunicipais			☒
Entidades Associativas Municipais			☒
Empresas Locais			☒
Empresas Participadas			☒
Cooperativas			☒
Fundações			☒
Entidades de outra natureza			☒
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
Promoção da eficiência energética para a descarbonização de Almada			
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
Presidente: Inês de Medeiros (CMA), Administrador-Delegado: Duarte Mata (CMA), Vogais do Conselho de Administração: Luís Silva (ADENE), José Alves Alferes (FCT NOVA), António Leal Sanches (E-REDES)			
5.2 NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES			
Em regime de permanência.....0			
A meio tempo.....0			
Restantes membros.....			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)			
SNC-AP			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora			
Data da ação			
Período abrangido			
Identificação da ação			
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)			
Regulamentos			
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações			
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental			
Alteração Orçamental			
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)		Sim	Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]		☒	☐
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro			3
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Início do exercício	Fim do exercício
		30	30
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
- Data da constituição: 30 de março de 1999			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)			
CMA, ADENE, AMARSUL, E-REDES, FCT NOVA, FERTAGUS, IPQ, IPS, Madan Park, MTS, OZ Energia, Galp Energia/Floene-Setgás, SMAS de Almada, SOVENA, TRANSTEJO, TST, WEMOB			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS		Sim	Não
(a especificar)		☐	☒

AGENEAL		
Período de relato: 01/01/2023 a 31/12/2023		
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
Inês de Medeiros (CMA)	Presidente do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2023
José Alves Aferes	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2024
António Leal Sanches	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2025
Luis Silva	Vogal do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2026
Duarte Mata	Administrador Delegado	01/01/2023 a 31/12/2023
PME Negócios - Isabel Adão, Consultores Contabilidade e Gestão, Lda	Serviços Externos CC	01/01/2023 a 31/12/2023

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	ARRIBATEJO AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL		
NIPC	504 974 696		
Natureza	ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS		
Endereço postal	Rua Bernardo Santareno, 3, 2825-446 Costa da Caparica		
Telefone / Fax	212918250		
Endereço de correio eletrónico	geral@arribatejo.com		
Sítio na internet			
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	☒	Não ☐
Organograma			
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	SNC-AP		
Regime Jurídico	Associação		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)		Sim	Não
Serviços Municipalizados			X
Serviços Intermunicipalizados			X
Entidades Intermunicipais			X
Entidades Associativas Municipais			X
Empresas Locais			X
Empresas Participadas			X
Cooperativas			X
Fundações			X
Entidades de outra natureza			X
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES			
Potenciar o desenvolvimento integrado da Frente Atlântica do Concelho de Almada, (...) através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo.			
5. COMPOSIÇÃO DO ORGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO			
Inês de Medeiros (CMA); Ana Rita Ferreira (CMA); Julio Fernandes (ERTRL); Daniel Piedade (AHRESP) e José Rato (CFPSA)			
5.2 NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES			
Em regime de permanência.....			
A meio tempo.....			
Restantes membros.....			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora	AMAVEL CALHAU, SROC		
Data da ação	14/03/2024		
Período abrangido	01-01-2023 A 31-12-2023		
Identificação da ação	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)			
Regulamentos			
Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações			
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR		Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Revisão Orçamental			
Alteração Orçamental			
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)		Sim	Não
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]		☒	☐
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro			
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Início do exercício	Fim do exercício
		15	15
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)			
7.10 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/ OBRAS PÚBLICAS		Sim	Não
(a especificar)		☐	☒

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato

ARRIBATEJO		
Período de relato: 01/01/2023 a 31/12/2023		
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
Inês de Medeiros (CMA)	Presidente do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2023
Ana Rita Ferreira (CMA)	Administradora-Delegada	01/01/2023 a 31/12/2023
ADA - Agência de Documentação Almada	Serviços Externos CC	01/01/2023 a 31/12/2023

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1.	IDENTIFICAÇÃO		
	Designação	NOVALMADAVELHA AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	
	NIPC	504974688	
	Natureza	ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS	
	Endereço postal	2800-125 ÁLMADA	
	Telefone / Fax	212736380	
	Endereço de correio eletrónico	INFO@NOVALMADAVELHA.PT	
	Sítio na internet		
	Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim ☒	Não ☐
	Organograma		
2.	LEGISLAÇÃO		
	Regime Financeiro	SNC-AP	
	Regime Jurídico	Associação	
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (REFERIR QUAIS POR NIF, NOME E % DE PARTICIPAÇÃO)		
			Sim Não
	(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)		Influência dominante
	Serviços Municipalizados		X
	Serviços Intermunicipalizados		X
	Entidades Intermunicipais		X
	Entidades Associativas Municipais		X
	Empresas Locais		X
	Empresas Participadas		X
	Cooperativas		X
	Fundações		X
	Entidades de outra natureza		X
4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
	Potenciar o desenvolvimento integrado da cidade de Almada, (...) através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, nomeadamente nos domínios do património cultural e natural, do lazer e do turismo, da animação urbana, da formação profissional e do emprego, da divulgação e do marketing.		
5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
	Inês de Medeiros (CMA), Ana Rita Ferreira (CMA), José Júlio Alferes (FCT/UNL), Gonçalo Paulino (ACIST), Assis D'Almeida (UJF Cova da Piedade, Cacilhas e Pragal), Fernando Paiva (Santuário Cristo Rei), Rui Gouveia (Seminário Maior de São Paulo)		
5.2	NÚMERO DE VOGAIS / ADMINISTRADORES / GERENTES		
	Em regime de permanência.....		
	A meio tempo.....		
	Restantes membros.....		
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (DESCREVER OS SISTEMAS DE CONTABILIDADE)		
	SNC-AP		
7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora	AMAVEL CALHAU & ASSOCIADOS	
	Data da ação	16/03/2022	
	Período abrangido	01-01-2023 A 31-12-2023	
	Identificação da ação	CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS		Data de Aprovação
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)		
	Regulamentos		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR		Data de Aprovação
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental		
	Alteração Orçamental		
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)		Sim Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]		☒ ☐
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		3
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício (IDENTIFICAR)		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS		Sim Não
	(a especificar)		☐ ☒

Relação nominal de responsáveis pela execução financeira no período de relato

NOVALMADAVELHA		
Período de relato: 01/01/2023 a 31/12/2023		
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade
Inês de Medeiros (CMA)	Presidente do Conselho de Administração	01/01/2023 a 31/12/2023
Ana Rita Ferreira (CMA)	Administradora-Delegada	01/01/2023 a 31/12/2023
ADA - Agência de Documentação Almada	Serviços Externos CC	01/01/2023 a 31/12/2023